



# NORDESTE

"São os do Norte que vêm..."

## Acérca Dos Azulejos Na Arquitetura Colonial De Pernambuco E Da Paraíba

Trabalho apresentado por Mário Barata ao Congresso de História Colonial do Tricentenário da Restauração Pernambucana.

A utilização de revestimentos parietais de azulejos —, figurados ou de padronagem abstrata —, é um dos elementos mais interessantes da decoração arquitetônica brasileira, no passado. Dela restam exemplos da época colonial sobretudo em Pernambuco, Paraíba, Bahia e Rio de Janeiro. Seu estudo ainda está no inicio, apesar da importância que essa forma de arte cerâmica possui dentro da arquitetura brasileira, como *partido ornamental* e mesmo *funtional*. Faltam, infelizmente, pesquisas concludentes sobre monumentos isolados, e obra de conjunto revelando a grandeza e extensão do assunto.

Ultimamente, acompanhando o progresso da história da arte no país, diversos estudiosos dedicaram sua atenção aos azulejos. Em primeiro lugar cumpre citar as pesquisas e o levantamento fotográfico realizados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e o interesse direto que pelo assunto tem manifestado Rodrigo M. F. de Andrade e Lúcio Costa no âmbito nacional e Aytron de Carvalho no plano do Nordeste. Livros ou artigos de C. F. Ott, Joaquim Cardozo, José Valladares, Godofredo Filho, S. Pinheiro, Edgard Cerqueira Falcão e poucos outros iniciaram a divulgação de elementos sóbre os azulejos, que haviam merecido, em 1933, a atenção de Frei Pedro Sinzig no trabalho *Maravilhas de Arte e História no Convento de São da Bahia*.

Os azulejos em si não constituem propriamente arte brasileira, visto terem sido importados de Portugal, até começos do século XIX. Não eram fabricados aqui e não se encontraram, até hoje, documentos comprovando importação de outra origem, espanhola ou holandesa (1). Seriam, portanto, — de um ponto de vista estritamente formal — transcendentes, orgânicamente, dessa classificação, para entrar no período formador da arte brasileira, como antecedente luso de grande importância. Tratava-se, até os primeiros anos de 800, de arte de uma civilização lusa dividida em dois setores: metrópole e colônias, recebendo estas no caso em apreço, o produto elaborado na metrópole. Esse prolongamento de Portugal — que foram os azulejos e parte da própria arquitetura — explica as condições reais do Brasil na época colonial, mas não retira o valor dos azulejos como concretização artística desse período. Deixaremos para outra oportunidade o estudo desse aspecto de arte de um país em gestação.

(1) Segundo documentos inéditos existentes na Biblioteca de Pernambuco — e dos quais há cópia no arquivo da D.P.H.A.N. — ao tratar da Igreja da C. do Carmo do Recife, F. A. Pereira da Costa diz que certas reformas respeitaram a sacristia, inclusive "as bonitas barras de azulejo flamengo, coloridos, dos dous corredores que vão do corpo da igreja para a sacristia". Nada, porém, parece comprovar essa assertão de origem.

Paralelamente aos estudos de história da arte precedendo-os, mesmo — colecionadores se interessaram pelos azulejos. José Mariano Filho de Olinda, hoje guardados no Rio de Janeiro em solar de sua família. Raymundo de Castro Maya conserva, na mesma cidade, silhares maranhenses. Gastão Peñalva (já falecido) e vários outros interessados em arte adquiriram ou ainda conservam azulejos. Seria impos-

cível inventariar essas coleções e seguir a pista das que se desfizeram pela morte dos proprietários ou por outros motivos. Painéis, padões isolados ou figuras avulsas se conservam em museus de diversos Estados e, raros exemplares, no Histórico Nacional, do Rio. Mas o grosso do acervo brasileiro persiste, *in situ*, nas igrejas, conventos, casas e solares do Brasil — de Pôrto Alegre a Belém do Pará. Os de *tapete* ou

(Continua na pag. 7)



M. BANDEIRA

# A FILOSOFIA ECONÔMICA DO VALOR

(Continuação da 19a. página)

nificar «a relação de conveniência entre uma coisa e qualquer desejo».

Data de 1871 o aparecimento, na Inglaterra, do livro de Stanley Jevons — *The Theory of Political Economy*, não obstante ter, anteriormente, exposto suas idéias (veja-se Gaetan Piron, ob. cit., pag. 49) abrindo novos rumos ao estudo da Economia, numa época em que John Stuart Mill, julgava a ciência definitivamente consolidada, e que, no tocante ao valor — «não mais há que exclarecer sobre suas leis, nem mais tarde; a teoria está completa». No mesmo ano, na Áustria, surge a obra de Carl Menger, o grande nome da chamada Escola Austríaca.

Depois, em 1873, em França, Léon Walras, predecessor de Pareto na Universidade de Lausanne, dá a conhecer a sua *«Théorie Matématica de l'Échange»*.

Contudo, Walras se preocupa muito mais em formular a sua majestosa teoria do equilíbrio econômico do que mesmo em explicar o marginalismo.

Dessa divergência, surgiu a diversidade de métodos aplicados ao estudo e exposição da teoria:

- a) método matemático;
- b) > psicológico.

Em decorrência, a preocupação de Walras foi a construção da Economia Pura, a estática e econômica, donde a chamada Economia Matemática.

Os adeptos do método psicológico formam a «Escola Psicológista», como também é conhecida a «Escola Austríaca». Já Stanley Jevons se caracteriza pela adoção de ambos os métodos.

Como sempre, o marginalismo teve seus precursores: Gossem e Cournot, dentre os mais importantes.

Para Contreiras Rodrigues, (ob. cit.) a tese da utilidade final surgiu da observação geral de Jevons, de que os juízos de valor são juízos de comparação «e não se referem a gênero, mas a frações reais de quantidade precisas de cada gênero, em um momento determinado e em um ponto determinado do espaço».

Identificando utilidade com valor, Jevons apresenta a definição: «A utilidade ou o valor dependem d'odesejo, da quantidade, do tempo e do espaço».

Para ele, a utilidade é parcial e total. A utilidade parcial, marginal, limite ou final, é a quantidade ou porção que cada indivíduo carece para satisfazer as suas necessidades. Enquanto a utilidade total seria a soma das unidades. Para exprimir seu pensamento, Jevons serviu-se de uma série de retângulos.

Para a Escola Austríaca, o valor tem por base a utilidade-limite. Explicando-a Boehm Bauerck apresenta o seguinte exemplo:

«Um colono que vive longe do mundo, possui cinco sacos de trigo. Um desses sacos é-lhe rigorosamente necessário, até a próxima colheita; um segundo saco é-lhe ainda necessário, como complemento de ração; um terceiro saco servirá para alimento das suas aves de capoeira; um quarto, para fabricar aguardente; e um quinto saco, finalmente, para alimentar papagaios que o divertem. O valor de cada saco de trigo corresponde a um número:

Primeiro saco	= 16
Segundo	> = 8
Terceiro	> = 6
Quarto	> = 4
Quinto	> = 1

Se o colono vende um saco de trigo, o que venderá será o que se destina aos papagaios, que vale 1; Boehm Bauerck conclui que o valor de cada saco de trigo será determinado pelo saco que serve para alimentar os papagaios, porque, se os sacos são iguais uns aos outros, será absolutamente indiferente para o colono perder o saco A ou B, contanto que fiquem ainda, por detrás do saco ido, quatro outros sacos para satisfação das necessidades mais importantes (Apud J. Dumarchey — Teoria Positiva da Contabilidade, pag. 72/73).

Por seu lado a Escola Matemática explica a utilidade marginal através da lei de Gossem — «As satisfações são decrescentes». J. Dumarchey (Ob. cit., pag. 73) a expõe da seguinte forma:

«Se eu sinto uma necessidade qualquer, a primeira unidade quantitativa do produto próprio para a satisfação dessa necessidade, terá para mim um certo valor; se a esta primeira unidade, se junta uma segunda, o valor desta será inferior ao que tinha a primeira. Toda vez, o valor das duas juntas não será igual à soma dos valores tomados separadamente, mas sim igual ao dobro da segunda. No entanto, podemos escolher esta unidade quantitativa de tal maneira, que o valor da segunda seja superior a metade da da primeira, de modo que o valor das duas unidades será superior ao de uma apenas.

Juntemos uma terceira unidade à segunda. O seu valor será ainda inferior, mas poderá fazer-se com que o valor total da existência, igual a três vezes o último valor, seja ainda superior ao valor das duas primeiras. Contudo, se continuarmos a juntar uma quarta unidade, uma quinta, etc., acontecerá que o valor total ou

marginal da existência passará por um máximo, a partir do qual descrecerá».

De fato, a utilidade-limite, desiderabilidade, segundo Pareto, ou utilidade-rara, de acordo com Gide, já foi explicada como sendo uma «chave que abre muitas portas, mas muitas vezes portas atrás das quais não há nada», no dizer de Henri Truchy (Apud Matos Peixoto, ob. cit., pag. 51). Daí a melancólica conclusão de Matos Peixoto (ob. cit., pag. 81) — «O que é muito de assinalar é ter ido dar o marginalismo, ao fim de tudo, a um simples truismos».

## CONCLUSÃO

Atingimos, julgamos, o intento que nos guiou neste estudo: dar a idéia geral do valor econômico e, no mesmo tempo, comentar as duas principais teorias, que pretendem resolver o problema do valor. As demais não lograram a repercussão daquelas e a da oferta-e-procura, mas se entrosa no problema do preço, que, para citar Kipling, já contra história. De nossa parte, inclinamo-nos pela teoria que dá para o valor o trabalho necessário à sua produção, não desconhecendo, porém, as influências psicológicas, se bem que estas atuem com mais vigor, quando se trata do preço.

O Prof. Arnóbio Graça, em trabalho apresentado ao I Congresso Brasileiro de Filosofia, opina, sensatamente, que a revelação do valor só se verifica quando há a conjunção dos elementos objetivos e subjetivos.

Seja como fôr, o problema do valor, em Economia, continua em aberto, desafiando, impávido, a inteligência dos economistas.

Recife, 30/7/1954.

GILBERTO FREYRE, DOUTOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE DE COLUMBIA, NOS ESTADOS UNIDOS

A honra maior coube, com absoluta justiça, ao escritor Gilberto Freyre que recebeu, em novembro de 54, em solenidade que contou com a presença da Rainha-Mãe da Inglaterra e de altas personalidades mundiais, o título de Doutor Honoris-Causa pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, por ocasião de mais um centenário de sua existência.

A homenagem de que foi alvo o maior dos escritores brasileiros vivos despertou em todo continente americano a mais viva satisfação. Ex-aluno e professor extraordinário da Universidade de Columbia, o escritor Gilberto Freyre se impôs à admiração dos «Scholars» norte-americanos pela série de livros e trabalhos que, incansavelmente, vem produzindo e que formam, hoje, uma das mais sólidas, sérias e inteligentes contribuições para a compreensão da formação histórica não apenas do Brasil, mas da expansão portuguesa no mundo.

TRICENTENÁRIO DA RESTAURAÇÃO PERNAMBUCANA

nambucano comemoraram dignamente a passagem do III Centenário da expulsão dos holandeses do solo pátrio.

O Governo e o Povo Per-

Durante o ano de 1954, um largo programa de festividades e comemorações foi cumprido, destacando-se a semana de conferências em janeiro, o Congresso Comemorativo de História em julho e diversas exposições históricas, com a colaboração do Governo Português, do Itamarati, do Museu Histórico Nacional, da Biblioteca Nacional, do IBGE e de particulares.

Sob o signo da Restauração Pernambucana, Governo e Povo confraternizaram-se em todas estas solenidades, valendo a pena salientar a contribuição da Prefeitura do Recife que muito concorreu para o brilho dos festejos comemorativos.

O Instituto Arqueológico, Histórico e Geográfico Pernambucano também se associou às comemorações, realizando uma das mais belas e valiosas exposições das que se efetuaram em 1954.

As exposições realizadas foram muito freqüentadas e o povo pernambucano reviveu com interesse e civismo, os grandes feitos de André Vidal de Negreiros, Felipe Camarão, Henrique Dias e Fernandes Vieira.

A Universidade do Recife lançou à publicidade uma série de monografias dos restauradores, escritas pelo historiador pernambucano José Antônio Gonçalves de Melo, neto.

Também a Assembleia Legislativa não esteve ausente às comemorações. O escritor Gilberto Freyre, a convite da casa de Joaquim Nabuco, promoveu uma admirável conferência que foi o ponto mais alto do movimento intelectual em torno da Restauração.

A Revista «Nordeste» participou das comemorações através de uma vitrina onde expôs todas as suas edições e depois, editando a magnífica conferência do escritor Luís Delgado, pronunciada no Teatro Santa Isabel, no inicio do ano do Tricentenário da Restauração.

Flâmulas e cartazes, desenhados pelo pintor Manuel Bandeira deram um alto cunho artístico às comemorações que, embora realizadas com simplicidade de recursos, procuraram fazer jus à homenagem que os nossos antepassados mereceram.

Este número de «Nordeste» é uma homenagem aos restauradores e faz parte das realizações da Comissão do Tricentenário da Restauração Pernambucana, presidida pelo professor Gilberto Osório de Andrade.

## LITERATURA DE SUPLEMENTO

Os suplementos literários dos principais jornais recifenses continuam a incentivar a literatura local. Mauro Mota, poeta das «Elegias», manteve-se firme na sua secção dominical, no «Diário de Pernambuco». Já Aderval Jurema, habitualmente na pasta de Educação e Cultura, tomou férias de seu rodapé de críticas literárias no JORNAL DO COMÉRCIO e Ceará de Melo, solicitado pela política, não vêm comparecendo ao suplemento da «Folha da Manhã».

Os novos tentaram a revista «Encontro» com Otávio de Freitas Júnior à frente. Além da revista, esse grupo de jovens escritores, poetas e artistas promete uma série de edições.

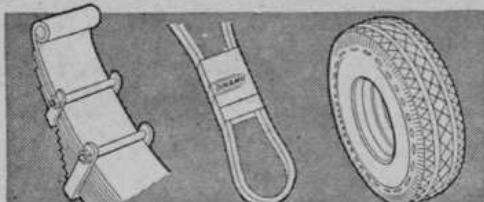
# artigos de qualidade

## no CAIS DE SANTA RITA



As baterias DELCO são produto de alta qualidade garantidas pela GM.

Óleos para freios GM, para automóveis e caminhões.



Molas legítimas GM, proporcionam maior molejo e segurança.

Correias Dinâmicas, para todos os tipos de carros, resistentes à flexão e à tensão.

Pneus e câmaras das melhores marcas, para automóveis, caminhões, ônibus e camionetas.



## ACCESSÓRIOS- PEÇAS FORD E CHEVROLET MECÂNICA- PINTURAS, ETÇ.

CAIS DE SANTA RITA  
Ao lado da Est Rodoviária

# MESBLA

NOSSO TELEFONE: 7333

# OS HOLANDESES NO BRASIL ANTES DE 1621

A RESOLUTA e formidável investida holandesa no século XVII para arrebatar o império e o comércio ultramarino, entranhados entre os poderes ibéricos, é um dos grandes capitulos de expansão e rivalidade na história europeia. No hemisfério ocidental o principal foco do seu ataque foi o Brasil, rico em açúcar, colônia americanaportuguesa que se desenvolvia rapidamente, a qual, mesmo antes do fim do século XVI emergiu como um dos principais produtores e exportadores da deliciosa droga, de tão alto valor unitário. Durante vinte e cinco difíceis anos, as capitais do nordeste sofreram o peso do assalto báltico. No apogeu do seu sucesso invasor, no topo do magnífico governo do Conde Maurício de Nassau, os holandeses controlaram sete capitâncias, abrangendo perto de mil milhas — do Rio São Francisco ao Maranhão. A possibilidade de devolver todo o Brasil ao controle português, nessa época, parecia realmente duvidosa e vozes influentes aconselharam abrandar o perigo do agressor concordando numa divisão do Brasil: o holandês no norte e o português no sul. A maré mudou, porém: primeiro na Europa, logo após na América. Quando, em 1640, Portugal reafirmou a sua independência política da Espanha, o sentido lusitano comum de nacionalidade, religião e cultura despertou agressivo, dentro e fora do país. Em Pernambuco, João Fernandes Vieira e seus companheiros levantaram o estandarte da revolta contra o estranho germânico e herético invasor. Um decênio mais tarde, em 1654, o opressor foi forçado a abandonar a sua última fortaleza importante — este Recife onde hoje nos encontramos. E de particular estímulo espiritual que este Congresso de História tenha sido convocado para celebrar o terceiro centenário dessa façanha, pois ela é de profunda significação nos anais históricos brasileiros. Em consequência da expulsão, a unidade territorial brasileira foi restaurada, assegurando-se a perpetuação do caráter luso, com tudo o que isso implica, e o seu sentimento de identidade nativa, quando não a sua incipiente nacionalidade, despertou.

A qualidade épica, como também a clara importância dos esforços holandeses para conquistar o leste da América do Sul, e os português em ambos os lados do Atlântico para defendê-lo, têm atraído muitos estudiosos, nativos e estrangeiros, a escrever sobre esse tema, que na verdade domina todo um período da história brasileira. Tradicionalmente, os pesquisadores têm tomado o ano de 1621, que marcou não só a fundação da Companhia das Índias Ocidentais mas também a renovação em todos os teatros do mundo, da luta ibérica-holandesa, como os seus efetivos pontos de partida. Isto é compreensível, mas não deixa de ser lamentável, porquanto é uma das razões de possuímos até agora poucos detalhes e conhecimentos descosidos sobre a origem e o desenvolvimento do comércio e interesse holandês no Brasil, durante os décennios anteriores a 1621. Não obstante, eles guardam a chave da mais completa apreciação não só das motivações do ataque holandês no Brasil como do caráter do comércio e comunicação entre esta colônia e a Europa Ocidental. Convencido de que este *background* teria de ser elucidado antes da "Epopéia Holandesa" ser vista em perspectiva total, comecei a dar-lhe uma parte de minha atenção. Hoje, apesar das minhas pesquisas ainda não estarem inteiramente completas, gostaria de fazer um resumo preliminar, dentro do tempo que posso, das minhas investigações e pesquisas.

I

A entrada pacífica, em 1580, dos holandeses no comércio de transporte do Brasil e o crescimento das suas conexões econômicas diretas e indiretas com a colônia, num período em que estavam em aberta revolta contra a coroa espanhola, à qual estava sujeito o império lusitano, só pode ser explicado à luz de um antigo e singular interesse co-

mercial europeu entre a Holanda e Portugal, o que nem guerras nem regulamentos mercantis poderiam efetivamente destruir antes de 1621.

Quando Portugal, em 1530, iniciou a colonização permanente do Brasil, os Países Baixos, apesar de serem somente um reino subordinado ao império habsburgo, cada vez mais centralizado em

e mais vinho do Porto, frutas do Algarve, açúcar da Madeira, São Tomé e Brasil e as especiarias e drogas da África e Oriente.

Assim, à véspera da revolta holandesa contra a Espanha, os Dezesseis Países Baixos representavam, verdadeiramente, a principal linha para a vida econômica de Portugal com a Europa

nios. Anteriormente a 1580, quando Filipe II extendeu o seu domínio sobre toda a Península, os portugueses puderam assistir como neutros à luta desencolada, até que o novo soberano forçou os a beligerância contra os holandeses e seus aliados ocultos. Mas eles não podiam escapar ao problema econômico, que se lhes deparava no transporte e na saída do que tinham para enviar ao norte da Europa e na procura do que lá necessitavam comprar. Declinando Antuérpia, os negociantes portugueses, novos e velhos cristãos, juntaram-se lutantes no exílio geral do mercado que desfalecia para Colônia, Hamburgo e outros centros, à busca de praça satisfeita de troca, mas não ainda para Amsterdam. Ao mesmo tempo, foi com os braços abertos que os portugueses receberam em casa o rebelde mercador holandês, que, batallhando para sobreviver, estava retornando para as costas da Península em grande número. Estes, em lugar dos hanseáticos, muitas vezes vítimas da inveja dos corsários holandeses e ingleses no Canal, são sobretudo chamados a suprir o reino lusitano com o que era necessário do norte, especialmente grão e madeira, mas também bens manufaturados, e a levar para fora o sal doméstico, açúcar, especiarias e outros produtos coloniais. Mas a esperança de Portugal caiu nos campos de Alcácer Quibir, e uma era sombria amanheceu.

Quando os estados portugueses, em 1581, juraram obediência ao seu soberano estrangeiro em Tomar, eles assim o fizeram em troca da promessa de Filipe de respeitar a autonomia do país e das colônias. Foi uma promessa fácil de ser feita, mas difícil de ser cumprida. Jamais, naquele tempo ou durante os sessenta anos de cativio, onde ou quiz o rei acreditar nos seus súditos lusitanos, a ponto de retirar o soldado espanhol. O controle militar de Portugal foi portanto espanhol, acarretando disputas judiciais intermináveis entre os soldados de Castela e os oficiais civis portugueses. Disputas em nenhum lugar mais aparentes do que na esfera comercial, onde a política imperial de Filipe cedo entrou em conflito com os interesses nacionais e privados portugueses.

Semelhante interesse foi o comércio que o seu jovem conquistado ainda prosseguia com o herético rebelde holandês. De inicio, Filipe permitiu que isso continuasse, pois reconhecia ser indispensável à prosperidade do cativo, como o era para os seus próprios súditos espanhóis, nos quais essa transação também era tolerada.

Quando os rebeldes continuaram obstinados e recusaram suas ofertas de reconciliação, apesar do seu príncipe ser sacrificado pelo braço assassino e Antuérpia estar prestes a cair, Filipe determinou que não se temporisasse mais com os transportes inimigos, na maioria holandeses, que audaciosa e sulcavam em todas as suas águas, qualquer que fosse a perda para seu tesouro ou para os súditos de ambos os seus reinos peninsulares. Em maio de 1585, ele adiou, repentinamente, a prisão geral dos navios estrangeiros, alegando a desculpa de necessitar embarcações para a armada real que criava. O golpe teve como alvo principal os holandeses e em segundo plano os já agora abertamente hostis ingleses. Dentro de poucas semanas, noventa e seis holandeses e uns trinta navios ingleses foram embargados em Setúbal e Lisboa e, em número não especificado, em portos espanhóis. Através de toda a Península a ordem foi pouco obedecida pelos oficiais dos portos locais, e isso intencionalmente no caso de Portugal, devido a ser tão grande a posse comum dos interesses comerciais e também ao antagonismo entre o báltico e o lusitano contra a Espanha. A cidade de Lisboa protestou contra o prisão como um golpe desfeito à sua prosperidade, procurando soltar os navios ingleses, e permitiu a fuga de uma dúzia de ureas holandesas, bem como de mais de mil homens de suas tripulações.

(CONTINUA NA 4a. PÁGINA)

## Engel Sluiter

Madrid, eram já a força dominante na economia europeia ocidental. A notável concentração do comércio e indústria em Flandres e Brabante, de embarcações e também do comércio na Holanda e Zelândia, e o crescimento de Antuérpia como a capital financeira e principal praça mercantil cristã, representou uma força de atração irresistível

Setentrional. As relações entre esses dois povos e economias eram extremamente complicadas, vitais e mesmo pessoais. Milhares de marinheiros holandeses e zelandeses visitaram os portos portugueses anualmente; centenas de mercadores portugueses residiam em Antuérpia e outros centros do norte e, pelo menos, outros tantos agentes uc-



FIGURAS DA RESTAURAÇÃO (Desenho de Ladjane)

na época. Portugal, necessitando capital líquido, matéria bruta e mercadorias manufaturadas, especialmente para poder levar avante as empresas de além-mar e uma saída para os produtos domésticos e coloniais trazidos para Lisboa, foi também conduzido para o reino holandês.

Apesar dos portugueses, certamente até 1572, continuarem a carregar para Antuérpia, em seus próprios navios, uma parte substancial das suas exportações de alto valor unitário, a massa das mercadorias era especialmente transportada pelos holandeses e hanseáticos. Particularmente os holandeses e zelandeses, através do seu controle do comércio báltico, foram os que trouxeram para o mercado português o indispensável grão do norte, madeira, equipamento naval e metais; o seu próprio peixe, manteiga e queijo; e a variedade de gêneros manufaturados encontrados em Antuérpia. Por sua vez, com centenas de ureas ao ano, eles tiraram não só o grosso do sal de Setúbal e Lisboa, como, com seus baixos fretes e segurança, atrairam fregueses, carregaram mais holandeses viveram em portos portu-

guenses. Muitos dos últimos certamente não eram recentes chegados, mas antigos proprietários e cidadãos respeitados na terra. Filhos e netos de mercadores estrangeiros, casados com mulheres portuguesas, naturalizados, e, consequentemente, direta ou indiretamente desfrutando de privilégios, inclusive a participação no comércio marítimo e estadia nas colônias. Complicando o quadro estavam os Cristãos Novos, que tendo fugido à perseguição em sua pátria ou atraídos pelas oportunidades de negócios na Neerlandia, emigraram em grande número para Antuérpia. Estes deixaram parentes e amigos em Portugal, com os quais mantinham conexões comerciais e que, por sua vez, tinham parentes e relações nas colônias, inclusive no Brasil.

A revolta neerlandesa contra a Espanha, que começou seu curso tortuoso na década de 1560, rapidamente produziu uma crise geral no comércio ocidental europeu e gradualmente levantou-se um novo poder marítimo dentro dos Países Baixos, que viria a ser a esperança e o desespero dos mercadores portugueses durante os futuros décen-

# Os Holandeses No Brasil Antes De 1621

(CONTINUACAO DA 3a. PAGINA)

Por conseguinte, a prisão de 1585 não foi realmente efetiva e não levou a nada mais que à temporária interrupção do comércio holandês na Península. O que isso causou, por exemplo, foi a elevação aguda, na Europa Setentrional, do preço do sal, motivando imediata navegação de navios holandeses para as ilhas do Cabo Verde, possessões portuguesas, em busca dessa mercadoria, tornando-se logo uma rotina. Logo depois de 1585, os holandeses, temendo revides adicionais na Península, adotaram a prática geral de empregar papéis falsos que os fizeram passar como alemães ou súditos de outras nacionalidades neutras. Não lhes foi difícil proceder deste modo, dado a intimidade dos seus laços comerciais com os alemães e numerosos agentes domiciliados e mesmo naturalizados nas partes nórdicas. O subterfúgio levou a uma grande desordem na execução dos regulamentos comerciais de Filipe II, porquanto, no esforço de combatê-lo, o legítimo, assim como o falso mercador alemão cairam em desconfiança e frequentemente o inocente pagou com o pecado. Isso desanimou os honestos negociantes alemães de fazerem a longa e sempre perigosa viagem e à medida que dela se afastavam crescia a dependência de portugueses e espanhóis nos carregueiros holandeses.

Em consequência, durante outro decénio os holandeses, explorando a necessidade ibérica de previsões, matéria prima e manufatura da Europa Setentrional e a força de suas antigas conexões comerciais, que se baseava sólidamente no lucro privado recíproco, continuaram temerosamente, mas com persistência e vigor, seu comércio na Península Ibérica. Em 1595, porém, Filipe alarmou-se não apenas com a prosperidade dos rebeldes, que os abastecia com os nervos da guerra, mas também pelo fato de que direta ou indiretamente eles estavam começando a penetrar o seu mundo colonial e voltou, outra vez, no expediente da captura geral. Entre 19 de março e 12 de abril, de 1594 urcas holandesas e zelandesas chegadas a Setúbal, noventa e quatro foram embargadas pelos oficiais do rei da Espanha, a despeito do ódio da municipalidade e dos cidadãos, e antes do

fim do ano 400 naves holandesas ficaram presas na Península. Outra vez os negociantes nativos e estrangeiros de Lisboa, por intermédio da Câmara, exerceram pressão sobre a corte em Madrid, para que fôssem soltas as urcas holandesas, às quais, na verdade foi concedida a liberdade em 13 de maio, com a desculpa de que o arquiduque Alberto, há pouco nomeado governador dos Países Baixos, intercedera a favor da libertação. Pode-se pensar, mais propriamente, que a vitalidade das conexões econômicas portuguesas, holandesas e deferência de Filipe à sensibilidade e aos interesses portugueses é que realmente obliteraram o favor.

Nos três últimos anos do seu reinado, Filipe II não viu o fim do comércio holandês na Península. Há tóda evidência de que isso manteve o vigor antigo e em nenhum lugar mais do que em Portugal. Foi seu filho, Filipe III, que, um mês depois do seu acesso, ordenou a mais impetuosa das capturas de embarcações holandesas e o confisco dos seus bens na Península, o que logo no outro ano foi seguido pelo famoso alvará dos Arquiduques de Bruxelas, excluindo os rebeldes também do comércio dos Países Baixos Espanhóis. Desta vez uns 500 navios holandeses foram embargados na Espanha e em Portugal, mas o cronista contemporâneo Everard van Reyd atestou que no último país eles foram tratados bravamente, a ponto de poderem escapar quase todas as embarcações. A metade, aproximadamente, dos navios finalmente conseguiram tomar a rota de volta às suas pátrias.

Os Estados Gerais das Províncias Unidas, feridos pela severidade das medidas econômicas que Filipe III lhes impunha e alarmados pelo fantasma dos desempregados em alta escala entre os milhares de marinheiros holandeses, lançaram a expedição punitiva que marcou a impressionante, apesar de desastrosa, estréia da marinha naval holandesa nos distantes mares. Uma armada com um número aproximado de 75 naus e oito mil homens, no verão de 1599 apresentou-se em Coruña, atacou as ilhas Canárias e, depois de enviar a metade dos navios para casa aportou os outros restantes em São Tomé, colônia portuguesa, rica em açú-

car, no Golfo da Guiné. Apesar de capturar a ilha, a expedição foi horridamente dizimada pelas febres e desintoxicação, tendo que ser abandonado o grandioso plano de pesado ataque ao Brasil. Entretanto, antes do fim do ano, uma esquadra de sete navios dessa expedição manejou o cruzamento do Atlântico e o assalto ao Recôncavo da Bahia.

A escolha de Filipe III do uso de armas econômicas no dolo com o povo, cujo gênio era principalmente marítimo e mercantil, provou ser infeliz durante os próximos anos. Na verdade, Filipe levantou uma espada de dois gumes, cortando ambos os lados com efeitos desastrosos. De um lado ele não conseguiu estrangular o comércio holandês em seus domínios europeus, ao mesmo tempo que aplicava a espada que mandaria os seus rebeldes, em enxame, para as possessões de além-mar. Do outro lado, as suas medidas aprofundaram uma crise já existente na economia peninsular e que imediatamente se estendeu ao campo do comércio ibérico-colonial. Os efeitos foram particularmente funestos em Portugal, onde Setúbal, necessitando dos cargueiros de sal holandeses, viu-os tomar o rumo de Venezuela para obter esse produto. Lisboa sofreu, sem dúvida, uma aguda queda no volume do comércio e protestou amargamente ao governo central em Madrid. Em 1602, Filipe III alarmou-se a ponto de pensar numa visita a Portugal, para levantar a moral dos seus súditos lusitanos. Descejando a quietar ressentimentos e para afastar a fome, que voejava negra sobre o país, repetidas vezes ele teve que afrouxar os seus próprios regulamentos e permitir que as embarcações holandesas carregassem grão e outros gêneros. Enquanto uma parte dos mercantes portugueses olhavam com tristeza as incursões no seu comércio africano e oriental, a maioria deles, impulsados por seus interesses e necessidades, cooperaram de todas as formas com elas e foram seus cúmplices em fugir às proibições comerciais exigidas pelo espanhol. Para isto foram úteis não sómente os agentes comerciais das províncias neerlandesas, leais e rebeldes, que ainda viviam tranquilos nos centros portugueses, como os cristãos novos, que, por esta época, tinham membros de suas famílias residindo em Amsterdã e outros portos holandeses. Como consequência, quaisquer que fossem os métodos usados, o holandês guardou vivo o seu comércio ibérico.

Neste ponto Filipe III, desesperado com os insucessos para exterminar o quisto comercial holandês nos seus domínios europeus, aprovou um dúbio expediente, que apresentava um novo ângulo para a solução do problema. Em 27 de fevereiro de 1603, o comércio peninsular foi aberto a todos, inclusive o holandês rebelde, mas 30% de taxa extra foi imposta a todas as exportações que deixassem os portos europeus de baixo da jurisdição espanhola. Todos os carregadores neutros tiveram que prestar fiança, que os obrigava a não carregar mercadorias de origem ibérica a nenhum porto holandês e mediante a prova evidente de cumprimento da cláusula ser-lhes-ia dada isenção ou feita a restituição dos 30% de imposto extra. O propósito de tal medida era arruinar o comércio holandês e, ao mesmo tempo, tentar a restauração da prosperidade comercial dos Países Baixos Espanhóis e o aumento da receita real. O feitiço, porém, virou contra o feiticeiro. Os holandeses retornaram, agora, abertamente para a Península. Conseguiram meios de evadir os 30% de taxa extra e outros estrangeiros ignoraram completamente o regulamento de não carregar produtos peninsulares para portos holandeses. A medida foi uma breve dádiva para os portugueses e holandeses que, uma vez ainda, puderam comerciar em Setúbal e Lisboa sem muita interferência espanhola, mas criou um amargo protesto por parte dos hanseáticos e ingleses e provocou uma retaliação da França. Em janeiro de 1605, a lei foi totalmente revogada. A completa proibição do comércio holan-

dês e o confisco dos seus bens foram simultaneamente proclamadas, apesar de seus bens. Antes do ano terminar, os escrupulosamente garantido um ano de graça para se removerem com os transportados doze léguas distante das que fôssem ligeiramente suspeitas de manter conexões com o inimigo foram transportados doze déguas distante das praias. Em vista do ano de graça, não pôde ser antes do término de 1606 que o último mercador holandês saiu da Península. Quatro meses mais tarde, em 4 de maio de 1607, a Trégua dos Oito meses foi assinada, terminando por quatorze anos as hostilidades holandesas-ibéricas no teatro europeu. Visto que os Arquiduques em Bruxelas, em abril de 1608, estavam emitindo salvo-condutos aos mercantes holandeses para o comércio na Península, é claro que o batavo e o lusitano perdessem pouco tempo em abertamente recomendar a sua velha, ainda que de certa forma azeda conexão, numa forma legal. Durante a "Trégua dos Doze Anos", terminada em 1621, o comércio português-holandês na Europa prosseguiu sem inibições, mas podemos melhor aquilar a significação disto se observarmos o período só o ângulo americano.

Os neerlandeses colonos, soldados, agentes comerciais, homens de negócios e mesmo como navegantes mercadores, apareceram cedo na cena brasileira. Em vista da antiga e estreita relação entre os Países Baixos e Portugal na Europa, isto é pouco surpreendente. Fácil de ser compreendido porque os reis de Portugal durante a maior parte do século XVI criaram poucas leis contra a entrada, domicílio ou comércio do estrangeiro cristão e amigo em seus territórios americanos, que, devido principalmente a razões estratégicas, eles desejavam ver ocupadas e produzindo. Daí, no foral de Duarte Coelho, como naqueles dos outros donatários, ter sido especificado que sesmarias seriam dadas livremente a toda pessoa, qualquer que fosse sua condição e qualidade, desde que fosse cristão-católico. Assim, um Arnau de Olanda, nativo de Utrecht, pôde vir legalmente a Pernambuco, como se diz, com o próprio donatário colonizador em 1533, e enriqueceu, casou-se e fundou uma prolífica e famosa família. Seria interessante saber quantos outros tiveram a mesma sorte nas capitanias nascentes do Brasil! Também houve trabalho para o soldado na nova terra e nas armas e nas suas colônias os portugueses pareciam preferir os artilheiros alemães e flamengos. Assim é que três anos antes do alemão Hans Staden servir, nessa qualidade, em São Vicente um "Henrique de Memberga", flamengo, bombardeiro, aparece na lista de pagamento de Tomé de Sousa, na Bahia.

Os capitalistas dos Países Baixos cedo investiram na empresa brasileira; colonizaram capital no talvez primeiro engenho de açúcar a ser erigido na Colônia. Três homens associaram-se a Martim Afonso de Sousa na sua aventura, presumivelmente em 1533, e um deles era João Venista, que, se não era ele próprio um neerlandês, pelo menos fôr casado com uma mulher daquela nacionalidade chegando a ser sócio proprietário, com Erasmo Schetz, o engenho do Senhor Governador. Este banqueiro neerlandês, o mais influente nativo financeiro de Antuérpia, com ou através de Johan Hulscher, seu feitor em Lisboa, comprou, em 1550, as partes de três sócios de Venista, a ficar com 75% de interesse no engenho e nos canaviais circunvizinhos, isto no próprio ano de sua morte. Alguns anos mais tarde, seus filhos e herdeiros, em companhia de Julião Visnat (Johan Vleeminck?), compraram a quarta parte restante. Esse histórico engenho tornou-se então uma propriedade exclusivamente neerlandesa, daí o chamá-lo "São Jorge dos Erasmos". Foi dirigida por superintendentes e feitores enviados pelos proprietários, pelo menos até 1591, quando os Schetz, donos na terceira geração, vieram a sorte semelhante a Antuérpia, caíram em dias amargos, e estavam ex-

## Boas Festas

Um novo símbolo, como o astro que iluminou o BERÇO SAGRADO, a serviço de uma região...



Aos seus freqüentes e amigos a Companhia Brasileira de Maquinaria deseja Boas Festas e melhores felicidades no próximo ano.



(CONTINUA NA 12a. PAGINA)

# O Domínio Holandês E A Economia Açucareira

Com a autoridade de seus estudos sobre a história de Cuba, e, em particular, a do açúcar naquela ilha, afirma Irene A. Wright (1), que, na primeira metade do século XVII, ou mais exatamente cerca de 1628, os holandeses transferiram o centro de seu interesse principal do mar dos Caribas para a América do Sul; das ilhas antilhanas para o Brasil. Isto revela a atração que já despertava a economia açucareira do Brasil, em pleno apogeu no comércio internacional da época.

Cuba alcançara, naquele começo de século, o auge de seu comércio açucareiro, e isto sob a influência holandesa. Desenvolvera-se ano a ano a exportação cubana de açúcar. Já então, porém, Portugal detinha o domínio do comércio açucareiro no mundo, e isto não só desde a fase em que a Ilha da Madeira abastecia os principais mercados consumidores da Europa.

No século XVI este centro abastecedor deslocara-se para o Brasil, e no Brasil particularmente para o Nordeste; nesta região, a produção açucareira atingiu níveis elevadíssimos de modo que Portugal se constituiu não apenas o maior abastecedor dos núcleos de consumo, como igualmente o principal país produtor. Das ilhas e do Brasil é que saía o açúcar consumido no mundo. Nos começos do século XVII começa Cuba a desenvolver sua exportação.

O holandês, sob cuja influência se desenvolviam a vida cubana — a ponto de terem os holandeses, em 1604, proposto à Inglaterra apropriar-se da ilha, o que lhes parecia empresa fácil — fomentava a economia de Cuba, e na primeira década do seiscentos o comércio estava em pleno esplendor. E nesse comércio, avolumava-se a participação do açúcar.

Note-se, aliás, que nesta época era grande o número de portuguêses em Cuba; formavam metade da população os elementos portuguêses. Ao lado dos portuguêses, o elemento de côn: o escravo negro da África, principalmente. Um e outro, o que merece lembrar-se, intimamente ligados à economia açucareira, e talvez mesmo responsáveis pelo desenvolvimento verificado na produção e no comércio de açúcar. E' de acrescentar-se que, ao lado de portuguêses legítimos, formasse igualmente muitos judeus.

Data, aliás, daquele começo do século a expulsão, ou tentativa de expulsão, dos portuguêses da ilha de Cuba. Ainda a Irene A. Wright vamos buscar a informação de que, para acabar com o sistema de contrabando verificado sob o nome de "rescates", a coroa de Espanha, entre outras medidas, tomou a de baixar uma ordem de expulsão contra os portuguêses. Atribui-se a estes o inicio dos "rescates", e não sómente os sustentavam como também eram acusados de, sob a capa de comércio legítimo de escravos (2), encobrirem outras muitas coisas. Todavia, a expulsão atingiu apenas a algumas pessoas de condição humilde; os que tinham meios e posição logoaram defender-se e permanecer em Cuba.

Esse deslocamento do interesse holandês de Cuba para o Brasil vem comprovar a tese de que fôra o açúcar o principal motivo de atração do neerlandês para o Nordeste brasileiro. (3) Tal motivo, hoje passado em julgado na história brasileira, está revestido não só através de documentos coevos como ainda nas referências de autores ou cronistas holandeses da época; um daqueles documentos fala claramente desse motivo ou desse aspecto.

Referimo-nos ao folheto de Jan Andries Moerbeeck, verdadeiro relatório sobre as causas que deviam determinar aos holandeses volverem sua atenção para o Brasil. Entre os motivos arrolados por Moerbeeck estava o de poderem ser levados para a Holanda e vendidas sessenta mil caixas de açúcar, cujos preços e condições de venda expõe para conuir que terá a Companhia um lucro anual de dez tonéis de ouro. (4)

A preocupação do comércio de açúcar ressalta em cada página do relatório citado; e aponta as possibilidades da venda do artigo brasileiro na Alemanha, França, Inglaterra, Itália, Áustria, Polônia, Moscovia e outros países, facilitada, sobretudo, pela refinaria desde que já nos princípios do século XVI se contavam refinarias em Amsterdam (5) e na mesma centúria outras se construíram em Leide e Amsterdam. E note-se que Portugal não dispunha de refinarias.

Além do relatório de Moerbeeck outros documentos há que comprovam o fato de os holandeses terem conhecimento da produção açucareira de Pernambuco. Um deles, vale lembrar, a "Lista do que o Brasil pode produzir". Através das indicações reunidas neste folheto vê-se como os holandeses conheciam a situação do açúcar em Pernambuco. Este conhecimento é que levou ânimo aos holandeses de invadirem o Nordeste, e em particular Pernambuco.

Pode considerar-se, porém, o relatório de Moerbeeck como o elemento mais decisivo a resolver a ocupação do Brasil; e a causa "açúcar" que nela se acha tão visivelmente revelada, viria a ser comprovada quer pelos autores contemporâneos, quer ainda pelos fatos desenrolados no decorrer do período de domínio no Nordeste. E este, tendo Pernambuco como centro, era a base econômica da colônia portuguesa.

De maneira que, deslocando seu centro de inter-

resse comercial das Antilhas para o Brasil, os holandeses o faziam, principalmente acompanhando a marcha do açúcar no comércio internacional. A elas, não lhes era estranha a procura que o gênero gozava na Europa; e também a circunstância de estar nas mãos dos portuguêses o monopólio desse comércio, cujos focos de exportação mais importantes eram os portos do Nordeste brasileiro; de Pernambuco e da Bahia, em particular. Daí o encaminhamento das pretensões holandesas para o Nordeste; primeiro, no ataque a Bahia; depois, na invasão e domínio em Pernambuco.

O açúcar foi assim o motivo principal da atração holandesa pelo Nordeste; este não era desconhecido aos flamengos, que, não sómente tinham conhecimento da cultura açucareira no Nordeste, como

**MANUEL DIEGUES JÚNIOR**

ainda sabiam do valor econômico que a região representava; valor, sobretudo, trazido no açúcar. Daí o contacto holandês com o Nordeste.

Se não se pode considerar esta a causa única foi, sem dúvida, a principal, a mais importante, sobretudo se recordarmos a significação econômica do açúcar no comércio internacional da época. Era geral sob o controle de estrangeiros; a cobiça e o interesse de outros países dirigiam-se para essa situação. E tornou-se, desta forma, o açúcar gênero de posição valiosa no mercado internacional do tempo. Em várias fontes, como Lippmann ou Moerbeeck, por exemplo, se poderá ver essa importância.

O fato é que em 1624 na Bahia, e em 1630 em Pernambuco, os holandeses tentaram ocupar a terra; se da primeira vez não logrou êxito a investida, já da segunda se houveram com sucesso, e após vencerm a resistência dos pernambucanos se tornaram senhores de Pernambuco e mais tarde de todo o Nor-



deste. Para o açúcar, que fôra o motivo da invasão, se voltaram os holandeses, ávidos de lucros imediatos e grandes.

Creio tornar-se dispensável, mesmo resumidamente, evocar o que foram os episódios militares, ou os políticos, da invasão e domínio holandês. A bibliografia a respeito não é pequena (6), e mesmo restringindo-se a Varnhagen, ou às Memórias Diárias de Duarte de Albuquerque Coelho, ou aos Anais de Laet, já terá o leitor suficiente material para conhecimento do que foram as lutas no período holandês. O nosso escopo limita-se ao exame do que se relaciona com o açúcar, esta fase da história brasileira, ao que se liga à economia açucareira daquele período.

Este contacto teve sua principal expressão no fato de o teatro das lutas ter sido sempre, ou quase sempre, por cenários ou canaviais, as casas grandes, os engenhos; às vezes também as capelas de engenhos. Isto evidencia o fato de ter o holandês procurado conquistar, passo a passo, a terra do açúcar para sobre ela dominar, e, de outro lado, o luso-brasileiro a isto ter reagido, defendendo, numa resistência heróica, "eus canaviais, suas moendas, suas capelas, suas senzalas, em suma, seus engenhos. A luta militar era realmente travada pelo domínio da área açucareira.

Observe-se, aliás, a preocupação de uma parte ou de outra de incendiarem-se canaviais ou engenhos ou barcos carregados de açúcar, a fim de evitar que caiam em poder do adversário. Não sómente holandeses fizeram isto; também o fizeram brasileiros. A crescente-se, igualmente, o fato de que é em engenhos ou com senhores de engenho que se faz a defesa contra a invasão, ou mais tarde; se trama ou se leva a efeito da luta restauradora. Basta isto

para significar a importância do domínio holandês para a história do açúcar.

Creio que, com base nos estudos hoje conhecidos acerca do domínio holandês, quer as fontes coevas, quer os mais modernos, sintetizados estes no magnífico *Tempo dos Flamengos*, de José Antônio Gonsalves de Melo, cabe verificar-se que a situação do açúcar durante o domínio holandês se divide em três fases expressivas. A primeira fase é aquela em que, senhores da terra, os holandeses manifestam o interesse de dominarem elas próprias a lavoura de cana e a indústria do açúcar.

E' certo que este período ainda está bastante marcado por lutas e guerrilhas, incêndios e destruições de canaviais, fatos, aliás, que denunciavam, até certo ponto, o interesse dos invasores de dominarem a economia do açúcar.

Registre-se, aliás, a circunstância, anotada pelos chefes holandeses, de que, ao início da invasão, era crescido o número de engenhos em atividade, e isto em virtude da grande procura do açúcar. Walbeck refere-se ao fato, assimilando que, no momento, em que os holandeses chegaram ao Nordeste, "a exportação de açúcar aumentou de tal forma, que há 32 anos os açúcares não podiam render para o Brasil um quinto do que rendiam para o Rei antes de nossa chegada". (17)

Em 1640 a destruição de engenhos e canaviais, por incêndios, chegara a tal ponto que sacerdotes de Pernambuco sugeriram ao Conselho Supremo cessasse a crueldade entre os militares, "mandando o estilo que até agora se guarda de não dar quartel a ninguém, e de se abrasarem frutos e engenhos, se suspenda e cesse". (8) A esta intervenção sacerdotal se refere Nassau, em carta aos Estados Gerais, data de 10 de janeiro de 1641. (9) A respeito do assunto, conforme documentação publicada, houve troca de emissários, indo holandenses à Bahia e de lá vindo ao Recife delegados portugueses, de modo a se fixarem as condições para a cessação de tais destruições.

Das condições sugeridas pelos holandeses, quanto à queima de canaviais e de engenhos, destaca-se a seguinte: "outrossim, que, a contar da data do tratado, se fará cessar a queima, destruição e ruina das igrejas, conventos e outros edifícios eclesiásticos, e bem assim de engenhos, e suas dependências, casas particulares dos moradores, aldeias de indios, canaviais, frutos e outras produções da terra". E insistiam os holandeses na questão de evitar a queima dos engenhos e canaviais, "por ser este o único fim que temos em vista conseguir por este tratado", dando-lhe preferência sobre qualquer outro". (10)

Tais aspectos já bem dizem, com clareza, o que resultou em consequências das lutas para a economia do açúcar. Todavia, procurou-se reconstituir esta economia que era, aliás, o motivo da conquista. Daí a volta à atividade açucareira; tão logo cessadas as lutas procurou Nassau organizar a vida colonial. Muitos dos engenhos abandonados foram vendidos a holandeses ou a judeus; a outros, voltaram os seus respectivos proprietários. O próprio governo confiscou engenhos, sobretudo quando o proprietário se havia ausentado, e os vendeu. E a volta ao engenho era, não há negar, ditado pelo interesse econômico que representava, porem-se aquelas máquinas a moer.

Um profundo conhecedor da história do domínio holandês no Nordeste, José Antônio Gonsalves de Melo, neto, lembra que os conquistadores procuravam obter engenhos, certos dos lucros rápidos. (11) E a ansia desses lucros fez com que se voltasse os holandeses com avidez para os engenhos, adquirindo-os, e isto já na fase de construção do domínio holandês, quando cessadas as lutas, procurou Nassau dar ordem ao governo da colônia ocupada.

A princípio, a Companhia das Índias Ocidentais tomou a si a administração direta ou o arrendamento dos engenhos confiscados aos luso-brasileiros. Este sistema, todavia, não produziu o resultado desejado, e o fato — como assinala José Higino (12) — é que o Supremo Conselho resolveu vendê-lo, em 1637. Assim os engenhos passaram a ser explorados por proprietários interessados, muitos deles holandeses.

Da relação que se encontra no relatório de van der Dussen, fácil é ver não sómente à situação desses engenhos, muitos em face de reconstrução, mas igualmente, o aparecimento de holandeses como proprietários. Também holandeses aparecem como lavradores em engenhos de seus patrícios.

Em 1639, data do relatório citado, estão à frente de engenhos algumas das figuras mais destacadas do domínio holandês: um Segimundt van Schkoppe, um Servaes Carpenter, um Jacob Stachouwer, um Willem Schot, do Conselho Político e governador da região entre o rio Jangadas e o Una (13), sem esquecer um Gaspar van Niehoff van der Ley, que tanto se arraigou na vida social do Nordeste, multiplicando-se nos Wanderley que chegaram aos nossos dias.

Assinala-se ainda que muitos mercadores se transformaram em senhores de engenho: Marten Meynderse, Josias Marishal, Johan van Olen, Menso Fransen, Johan Cornelisz. Jorgeneel, por exemplo.

(CONTINUA NA 15a. PÁGINA)

# A "SOCIEDADE DE MOAGENS LTDA.", UMA DAS MAIORES FÁBRICAS DE TORREFAÇÃO

O lema dos diretores da "Sociedade de Moagem" é: fabricar produtos de alta qualidade e com o máximo de higiene — Moderníssimas máquinas de selecionar e empacotar café — Higiene absoluta dos cafés São Paulo, Imperial e Liberdade — O café São Paulo Extra-Fino é selecionado a mão — A "Sociedade de Moagem Ltda." evidencia a capacidade de realização dos portugueses e pernambucanos demonstra as possibilidades que tem Pernambuco em se transformar num grande centro industrial do Nordeste brasileiro — Outras notas

A "Sociedade de Moagem do Recife Ltda.", a mais importante fábrica de café moido de Pernambuco e uma das maiores do Brasil, tem-se destacado pelo cuidado que tem tido em oferecer à sua clientela produtos de alta qualidade e preparados com máximo possível de higiene. Para isso, naturalmente, os dirigentes daquela empresa não têm poupar esforços no sen-

bém, uma das mais modernas do país; encontrando-se em condições de concorrer com as maiores torrefações de café dos Estados do Sul. Isso, evidentemente, não seria possível se a "Sociedade de Moagem do Recife Ltda." não contasse com moderníssimas máquinas e, em sua produção, não fossem aplicadas as mais recentes conquistas da técnica.

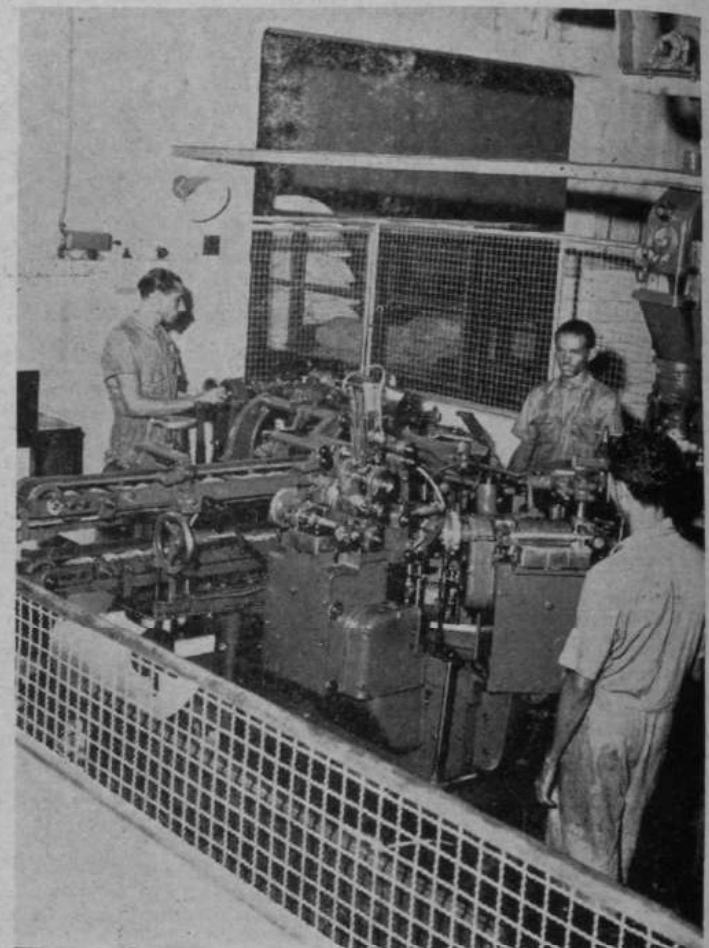
empresa — os cafés "São Paulo", "Imperial" e "Liberdade", que são classificados entre os melhores do Brasil.

No entanto, não fica apenas nesse aspecto o emprêgo de modernos máquários na produção daquela empresa. Ela tem, igualmente, máquinas de selecionar a matéria prima no fabrico dos seus produtos. Assim é que o café, antes de entrar para a torrefação, passa por uma máquina selecionadora. Ali, todas as impurezas contidas no café vindo do interior do Estado são expurgadas, ficando somente os grãos sadios, que podem proporcionar um produto de boa qualidade. E, apesar de todas essas operações, que tomam um tempo relativamente grande, a "Sociedade de Moagem do Recife Ltda. tem capacidade para produzir, por hora, três mil e seiscentos pacotes de café, de 250 gramas cada um.

Sem dúvida, nenhuma outras fábricas poderia ter uma produção equivalente e garantir qualidade e higiene de seus produtos, como as do café "São Paulo", "Liberdade" e "Imperial", se não dispõe de instalações modernas, iguais as da "Sociedade de Moagem do Recife Ltda."

## O CAFÉ EXTRA-FINO

Todavia, o rigor da "Sociedade de Moagem do Recife Ltda." vai muito além, da simples seleção mecânica do café. O café "São Paulo Extra-Fino", por exemplo, evidencia a que ponto chega o escrutínio dos diretores daquela empresa, no desejo de oferecer produtos de alta qualidade, higienicamente pre-



O café é molido e empacotado pelos processos mais modernos que oferece a técnica

parados, aos consumidores de suas mercadorias. Basta dizer que os grãos de café destinados ao fabrico do café "São Paulo Extra-Fino", depois de selecionados mecanicamente e submetidos a prova de degustação, passa por uma nova seleção feita a mão, retirando-se todos os caixões imperfeitos, que possam influir no padrão da bebida considerado perfeito.

Depois de todo esse processo, o café "São Paulo Extra-Fino" é torrado e moído na hora, à vista do comprador.

## UM LEGITIMO ORGULHO

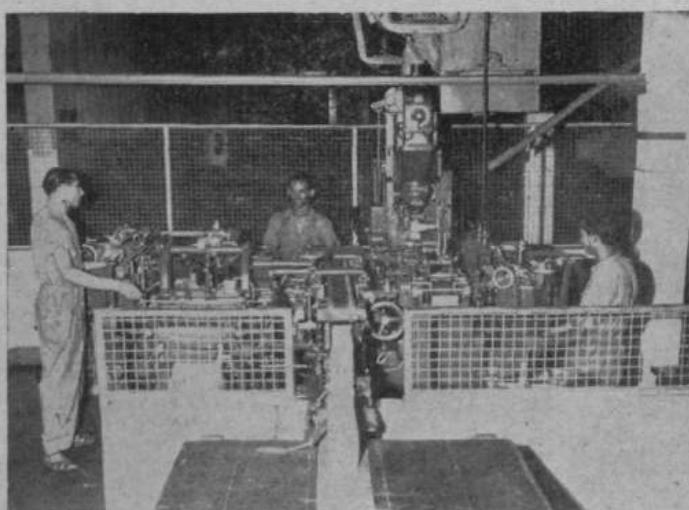
Pelo que acima ficou descrito em largos traços, poderemos ver que a "Sociedade de Moagem do Recife Ltda." representa um legítimo orgulho para os pernambucanos. Ela evidencia a nossa capacidade de realização e as enormes possibilidades que o nosso

Estado tem de se transformar realmente num grande centro industrial do Nordeste. Isso porque, apesar das enormes dificuldades, desde a falta de energia elétrica abundante até a desordem financeira do país, a "Sociedade de Moagem do Recife Ltda." conseguiu se transformar em uma fábrica grande e moderna, que se equipa às mais perfeitas organizações, no gênero, existente em São Paulo e Rio.



## TORREFAÇÃO E EMPACOTAMENTO

Para que se tenha uma idéia do parque industrial da "Sociedade de Moagem do Recife Ltda.", basta dizer que ela torra, moe e empacota o café automaticamente. Isso proporciona higiene absoluta às marcas de café daquela



Nova máquina de empacotamento da Sociedade de Moagem do Recife Ltda.



Os produtos da Sociedade de Moagem do Recife Ltda. são classificados entre os melhores

# Acérca Dos Azulejos Na Arquitetura Colonial de Pernambuco e da Paraíba

(CONTINUAÇÃO DA 1a. PÁGINA)

cumentação fotográfica e estudos a respeito dos que existem no Nordeste, a exemplo do que já vem acontecendo na Bahia, para honra de pesquisadores e amadores de arte do Salvador.

## IMPORTAÇÃO DE AZULEJOS DE PORTUGAL

Além de painéis assinados, com localização de olaria em Lisboa, como os da capela-mor da igreja do Convento de São Francisco da Bahia, ou os de preciosos conjuntos da Capela Dourada, cuja assinatura do autor: *Anto Lxa Fec*, tivemos a oportunidade de descobrir no Recife, já existem documentos revelando compra e importação de azulejos da antiga Metrópole, revelados pelas primeiras pesquisas sistemáticas de arquivos eclesiásticos — ainda pouco numerosas — procedidas nos últimos anos. Essas descobertas se aceleraram com a atividade continuada e crescente da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, no plano da pesquisa documental, extremamente sério no Brasil.

Em Pernambuco é bastante conhecido o caso dos azulejos brancos que revestem o exterior da fachada e das torres da igreja de N. S. dos Prazeres dos Montes Guararapes, chegados de Portugal no mês de agosto de 1790. Eram em número de 13.358, acondicionados em 46 caixões. Custaram 200 mil réis (2).

Na Bahia já se conhecem, por outro lado, documentos sobre importação de azulejos para a Santa Casa da Misericórdia e para a Ordem 3<sup>a</sup> do Carmo, ambas do Salvador, graças à DPHAN e a seu infatigável pesquisador na Bahia, dr. Carlos F. Ott. Reproduzimos aqui — devido a seu interesse — parte desses preciosos textos relativos à Misericórdia. O primeiro deles consta de cópia da carta escrita a Manoel Gomes Lisbon em 5 de setembro de 1722 ou 1723 (3), na qual se diz:

"Esta caza da Santa Mizericordia esta reparando a obra da sua Igreja e leva em gosto o Secretario de Estado nosso Irmão por cuja direcção corre a perfeição da dita obra brincar as paredes com o azulejo contendo nessa receita e porque não tínhamos nessa Corte quem houvessemos de ocupar nesta diligencia, o mesmo Irmão se valeu da unidade do Sr. Manoel Lixboa para con seguir de V. M. o favor de mandar por serviço de Deus, e de nossa Casa da Mizericordia encomendar pela receita junt a o dito azulejo ao azulejador Antonio de Abreu morador na rua de Almada junto a Santa Catarina de Monte Sinay

e em sua ausência a Miguel Teixeira confeiteiro ao pe da Calçada do Co-gro.

Para a despesa do dito azulejo vam quarenta e duas moedas de 4\$800 réis cada huma aos Cofres da nau Capitânia, como consta do conhecimento junt o: comprados na recomendação do Sr. Manoel Gomes Lixboa a esta Caza, mandado cobrar o dito dinheiro encomendar, pagar e embarcar o dito azulejo para esta Bahia, cujo beneficio ha Deos de pagar a V. M. e nos havemos de reconhecer e confessar a obrigaçam em que V. M. nos poem. Guarda Deos a Pessoa de V. M. Bahia e segue um sinal ilegível".

O segundo, de 1734, é o "Termo sobre se mandarem vir az(azulejos) para a Casa do Consistorio ..... e para que o douramento do Choro de sima fosse a custa da Consignação de João Matos de Aguiar.

Em dito dia de dezasseis de Mayo de mil setecentos, e trinta, e quatro estando no mesmo acto de Meza no Consistorio desta Santa Caza o Irmão Provedor della o Reverendo Dr. Francisco Martinz Pereira Conego Penitenciário, Dezembargador, e Chanceler da Relação Ecclesiastica, comigo Escrivão e os mais Irmãos Conselheiros abaixo assinados, pelo dito Irmão Provedor foi proposto que nesa dia Meza se resolvera na occasião da partida da frotta que para maior perfeição da Caza do Consistorio se mandasse vir de Portugal azulejos para ella por via de Manoel de Passos Dias que tinha a sua incumbência em a Corte e Cidade de Lixboa varios particulares desta Casa, ordenando-se-lhe que se passasse letra da sua importâcia".

A respeito dos importantes azulejos do convento franciscano de Olinda consta que Frei Bonifácio Müller O.F.M. — o dedicado historiador da Província de Santo Antônio, sobre a qual prepara actualmente longo trabalho — encontrou referência a sua origem lusa e no ano em que foram colocados nos locais em que estão.

Futuras pesquisas esclarecerão, sem dúvida em número maior de casos — os problemas de origem e época dos azulejos existentes no Brasil. Essa documentação fornecerá as coordenadas indispensáveis à análise e à exata compreensão dessa arte cerâmica em nosso país.

Passando agora a uma indicação sumária e despretenciosa dos principais conjuntos de azulejos existentes em Pernambuco e na Paraíba, agradeço, inicialmente, as informações que me prestou Ayrton de Carvalho, chefe do 1º Distrito da D.P.H.A.N.

Essa indicação visa únicamente cha-

mar a atenção do Congresso para a riqueza desse Material artístico e a urgência de seu estudo histórico e interpretativo, em ligação com a da arquitetura, da pintura e da literatura da época colonial.

## ANOTACOES SÔBRE AZULEJOS NA ARQUITETURA RELIGIOSA COLONIAL DE PERNAMBUCO

Em Pernambuco, como na Bahia, existem exemplos de azulejos do século XVII (de entrelaçados e arabescos florais ou geométrizantes) formando tapete, e dos azulejos do século XVIII, nos seus dois tipos essenciais:

a) de figura avulsa (pássaros, flores, frutos), que resultou, em Portugal, de influência dos tipos criados por Delft.

b) dos belos painéis figurados, azulejos lisos em azul e branco, com cenas desenhadas diretamente sobre as placas, que constituem a criação mais original dos lusos neste domínio artístico, pela beleza, pela amplitude, pelo efeito monumental e gracioso a um só tempo. Este tipo de azulejo é usado para rodapés e alizeres ou lambris de naves de igrejas e capelas, paredes de claustros ou de sacristias e corredores em geral. Neles ainda permanece viva a atuação ensinante da arte, como caracterizou Gustavo Barroso no artigo *História dos Azulejos Franciscanos* (4) onde, nº 1 faixa das da Bahia, escreveu:

"Como se vê, estamos em presença de lições morais. O sentido ensinante da arte medieval informa êsses painéis setecentistas do claustro de S. Francisco". E logo adiante:

"A mesma intensão ensinante se pode verificar no Convento de S. Francisco do Recife, em cuja igreja se inclui a magnífica joia da famosa Capela Dourada. Os painéis de azulejos do seu claustro, também do século XVIII, representam a Criação do Mundo: o Céus Deus ordenando-o, fazendo a luz, criando os seres, pondo Adão e Eva no Paraíso".

Mas não é só esse aspecto que os caracteriza. A exteriorização do pensamento e da sensibilidade arcádica da época; o gosto da paisagem e dos amplos espaços, a leveza, espontaneidade e graça do desenho; a finura dos felizes acordes do azul e branco, o ritmo barroco ou rococó das figuras e a variabilidade e riqueza da ornamentação típica desses estilos, nas molduras ou enquadramentos, valorizam essa obra de arte. Obra de grande importância como criação artística portuguesa e expressão das necessidades arquitônicas e pictóricas da sensibilidade do brasileiro colonial, tanto como das exigências religiosas ou profanas.

Entre outros conjuntos dessa arte cerâmica, remanescentes do período colonial, destacam-se, no Recife, os do Convento de Santo Antônio, da Capela da O. 3<sup>a</sup> do Carmo, da portaria da igreja do Convento do Carmo, da Capela da Jaqueira e da parte interna da cúpula da capela do Pilar.

Na Capela Dourada, dependência da O. 3<sup>a</sup> de S. Francisco, ligada arquitetonicamente à nave da igreja do Convento de Santo Antônio, além de azulejos de entrelaçados azuis, aparecem painéis figurados de formato retangular com episódios venatórios. Em um deles surge pavão ornamental ao lado de cena dita de *macacarias*, mais de cacada que de caráter satírico ou humorístico. A ocorrência deste último tipo iconográfico no Recife, é importante. J. M. dos Santos Simões, erudito especialista português, no catálogo Azulejos, relativo a exposição no Museu Nacional de Arte Antiga (5) reproduz um painel de alizeres com "singeries", proveniente da antiga Quinta de Santo Antônio de Quadriçaria (Turcifal, Torres Vedras), considerando-o fabricado em Lisboa, entre 1630-1650. Anota o conhecido estudioso: "Este tipo de decoração civil foi relativamente vulgar em seu tempo, para ornamentação de jardins, casas de regalos, etc. Filia-se nas pinturas e gravuras humorísticas com temas animais: macacos, gatos, cães, etc."

Em Pernambuco surge, como vemos, em monumento religioso. Nos arvorados figurados há sentimento da natureza quase setecentista. O friso retílico, com folhagens largas e estruturadas, é típico do século XVII e do início do XVIII, perdurando até que se venha a quebrar a composição com painéis de enquadramento barroco.

Na Capela da Jaqueira a cercadura dos painéis é típica da segunda metade do século XVIII: recortada, leve, com elementos assimétricos de gosto rococó. Nessas molduras os vasos com florões se inclinam, saíndo do prumo e adaptando-se ao ritmo geral. O conjunto tem efeito monumental.

A fonte de inspiração iconográfica dos painéis da Jaqueira, que representam 6 cenas das histórias bíblicas de José, foram conhecidas gravuras de Demarne para uma *História Sagrada*, ilustrada, "tirada do Velho e do Novo Testamento", conforme averiguou Hannah Levá, em excelente trabalho. (6) O azulejador ampliou e enriqueceu o fundo das composições, anotou acertadamente a brillante estudosas de arte, hoje nos Estados Unidos.

(CONTINUA NA 8a. PÁGINA)

## BOLSA OFICIAL DE VALORES DE PERNAMBUCO

INSTITUIDA EM 28-7-1851

INSTALADA EM 28-2-1852

AVENIDA RIO BRANCO, 155 — 1.º ANDAR

### CÂMARA SINDICAL

PRESIDENTE — Valdemar Alberto Borges Rodrigues  
VICE-PRESIDENTE — Luiz de Oliveira Lobo  
TESOUREIRO — Armando de Paula Lopes

### COMISSÃO DE CONTABILIDADE

PRESIDENTE — Francisco de Oliveira Santos  
SECRETÁRIO — Arlindo de Barros Aguiar  
Luiz Gusmão

Os corretores oficiais de Pernambuco encarregam-se da compra e venda de Títulos da Dívida Pública e particulares, de mercadorias e imóveis, dando aos negócios pronta e segura liquidação

*Por lei, só os Corretores oficiais podem intervir nas transações de Títulos e nas operações a termo de mercadorias*

*A intervenção dos Corretores Oficiais nos negócios de imóveis assegura aos interessados as maiores garantias, pois as suas responsabilidades estão definidas em lei*

**Para comprar e vender bem, títulos, mercadorias e imóveis,  
procurem os corretores oficiais**

# Acêrca Dos Azulejos Na Arquitetura Colonial de Pernambuco e da Paraíba

(CONTINUACAO DA 7a. PAGINA)

No claustro de baixo do Convento de Santo Antônio há extraordinários azulejos com episódios do Velho Testamento. Em salas diversas estão figurados, como já vimos os primeiros dias da Criação do Mundo, Milagres do SS. Rosário com cenas de batulhas e outros assuntos religiosos. Na respectiva portaria há painéis, cuja cercadura já é de estilo rococó, mas na qual os vasos, encimando a marcação que separa os motivos, mantêm ainda eixo vertical. Representam cenas de martírios de religiosos da Ordem, em várias partes do mundo, inclusive o painel *Martires no Japam*, com franciscanos crucificados. Finalmente, na nave da igreja do Convento aparecem alizares do século XVIII, mas menos belos que os do claustro.

Na Capela da O. 3<sup>a</sup> do Carmo há igualmente painéis figurados, de contorno cônico de vinho. Na portaria do Convento do Carmo alizares representam passos da paixão de Cristo (Cristo no Monte das Oliveiras; o beijo de Judas; Crucificação de Cristo e dos dois ladrões; Ressurreição, etc.).

Em vários casos há comprovação de que os azulejos foram encomendados especialmente para o monumento em que se encontram. Os recortes de parede e dos vãos foram respeitados. Na capela da Jaqueira, até as dimensões de um arcozinho foram anotadas, evitando desperdício de revestimento cerâmico. Na Paraíba também se encontram exemplos desse fato confirmado terem sido os painéis feitos para o lugar em que se acham.

Na cidade de Olinda existem importantes conjuntos de azulejos na Igreja de Santa Teresa, no Convento de N. Senhora das Neves (São Francisco), na igreja da Misericórdia, no terraço do palácio do Bispo e na Sé (nesta um ou dois painéis sómente). Os outros acham-se na casa da família de José Mariano Filho, no Rio de Janeiro.

A igreja de Santa Teresa reveste parte da nave em painéis recortados, mas inscritos em barra ou faixa retangular. De aspecto rococó, constituem elemento de transição entre o contorno retangular e o alizar recortado típico. No mesmo templo ainda há azulejos no côrto e na capela-mor.

O convento dos franciscanos apresenta azulejos na portaria, no claustro, na nave da igreja e no respectivo corredor do lado da Epístola, capela-mor e sacristia (aqui, exemplo extremamente importante em tódo a parede). Em escada do convento há espécimes com figuras isoladas. Na sua totalidade estamos em face do conjunto cerâmico mais importante de Olinda.

A igreja da Misericórdia alizares recortados localizam-se na primeira meia-Cristo e na capela-mor. Segundo observação de Ayrton de Carvalho, religiosas, por excesso de pudicícia, mandaram recobrir a óleo os órgãos genitais de anjinhos, "para ficarem mais decentes".

Finalmente, outros azulejos importantes se encontram em Igaraçu (igreja do Convento de Santo Antônio, com dois por painéis), em Ipojuca (fragmentos de conjuntos do século XVII), em Serinhaem e na igreja dos Montes Guararapes. Nesta última há exemplares do século XVII e os já citados dos últimos anos do XVIII.

## INDICAÇÕES SOBRE OS AZULEJOS DA PARAÍBA

Em João Pessoa, a existência dos azulejos no Convento de São Francisco assume grande importância por estarem localizados, entre outros locais, no adro que marca, de caráter único, conjunto arquitetônico dos mais importantes do Nordeste.

Epaminondas de Macedo, no mês de novembro de 1937, em relatório à P.H.A.N., evidenciava o singular valor dessa construção, dizendo que "enquanto em Bahia, Recife e Olinda as exigências destas cidades que cresciam exigiram a mutilação do adro e mesmo o seu desaparecimento", em João Pessoa permanecia esse documento de arquitetura brasileira do século XVIII.

O adro é uma peça de grande ampli-

tude, de forma trapezoidal medindo as duas paredes 42ms. de altura com o fundo fechado pela igreja. Nas paredes existem azulejos brancos (atualmente em mau estado) algumas palas de "talo de boleiro de damas", disposição encontrada em Portugal em antigos azulejos azuis. No nártex ou pôrtico de entrada da igreja existem barras de *tapete*.

Não se possui, todavia, certeza a respeito da época de colocação dos azulejos no local e sobre a possibilidade de concepção simultânea do adro e do seu azulejamento. Um trecho de Jaboatão no *Novo Orbe Seráfico*, vol. 4º, escrito possivelmente cerca de 1761, omite referências aos azulejos, na descrição do local, dando a impressão de que ainda não existiram. Escreve o cronista franciscano:

"O mesmo repartimento de pedra lavrada corre pelos entremeyos de todo o pátio, e se os degraus, e com a mesma se orla o pé de todo o muro por huâ, e outra parte. Pela face deste estão abertas nas paredes de cada hum dos secos lados húas; como capellas ou altares com seos arcos, e nelas collocadas as Imagens de Christo naquellas formas, que representam os devotos, passos de sua Sagrada Paixão. Com toda esta fabrica e arquitetura se faz esta entrada da Igreja, e o seu frontispicio muy visitosa e divertida" (Nº 319. Pag. 372 e segs.).

No frontispício da igreja lê-se a data 1779, possivelmente a do fim da construção, que fôra sagrada em 1734. Já estaria nesse momento, em seu lugar, o revestimento cerâmico?

No interior da igreja existem alizares figurados, representando a história

de José. Não é recortado. A moldura, reta, possui dois frisos com ramagens grossas formando rinceaux e entrelaçadas, periodicamente, a corpos de pequenos anjos nus. Em pontos mais espaçados ou raros aparecem cabeças de anjo entre tufo de folhagem formando volutas, um pouco no gosto do século XVII. A cena *"José explicando os sonhos aos companheiros de prisão"* mostra, porém, arquitetura curvilínea e graciosa, característica do século XVIII.

Entre os episódios representados chamam-se: *"José distribue os trajes a seus irmãos"*; *"José e a mulher de Putifar"*; *"José e seus irmãos"*; *"José explica os sonhos do faraó"*.

Há uma certa continuidade nos alizares, não se distribuindo assuntos os por painéis bem marcados. Pequenos pormenores de localização das cenas, tipo de separação.

Nos seis passos do adro, a cercadura extremidades de arquitetura, realizam-se de gênero mais próximo do estilo do século XVII. As figuras resolvidas com discreto e menos comum — entre nós — amplos volumes, são robustas, bem implantadas, cheias de plasticidade. Lembram quase a arte flamenga do seiscentos.

Passando a outro conjunto de azulejos, João Pessoa ainda exibe grandes painéis figurados, na nave da igreja do convento do Carmo. Pilastres misuradas separam os painéis, em cujas molduras aparecem elementos rococó e pequenas margaridas, flor típica da ornamentação do final do século XVII, elemento de transição, mesmo, para o neoclássico. Em uma das cenas aparece Elias no seu carro transportado entre

nuvens, elemento tão simpático e habitual da iconografia católica, da arte realizada ou existente no Brasil.

Todos esses elementos comprovam a importância do azulejo no Nordeste brasileiro e a necessidade de incrementar pesquisas em torno de sua autoria, origem e época, além de reproduzi-los em álbuns. Essa bela arte, bem o merece.

Que este Congresso Comemorativo da Restauração Pernambucana tome a si a tarefa de honrar uma criação lindamente portuguesa e bem entrosada ao passado brasileiro, sugerindo aos poderes públicos e aos editores particulares a divulgação impressa desses conjuntos de uma arte tão bela e tão nobre.

(2) Ver estudos de D. Bonifácio Jansen na *Revista do Instituto Arqueológico, H. e G. Pernambuco*, números XXXVI e XXXIX e artigo de D. Clemente Maria da Silva—Nigra in "Correio da Manhã" de 25-IV-1948, sobre o Monumento dos Guararapes.

(3) O último algarismo está comido pela traça, mas pela posição do documento entre originais de 1722 e 1723, C. Ott conclui por essa data.

(4) In "O Cruzeiro". Rio, 7-VI-52. Quando citados azulejos do Recife, é interessante anotar que o inicio do gênero encontra-se principalmente em corredores que val do claustral à sacristia, continuando pelas paredes do claustro baixo.

(5) Lisboa, março de 1947.

(6) H. Levy, *Modelos Europeus na Pintura e gravador "ordinaire" do rei de França e sua Colonial* in "Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional", n.º 8. Demarne foi auxiliado por grandes mestres". Um exemplar da obra em 3 vols. in quarto, existe na Biblioteca Nacional. Gravuras reproduzem quadros de Rafael e São João do Rio, proveniente da Real Biblioteca portuguesa.

# GRANDES MOINHOS DO BRASIL S. A.

## MOINHO RECIFE

### Farinha de Trigo

# OLINDA

Avevita — Bovinovtia

Equinovita — Suinovita

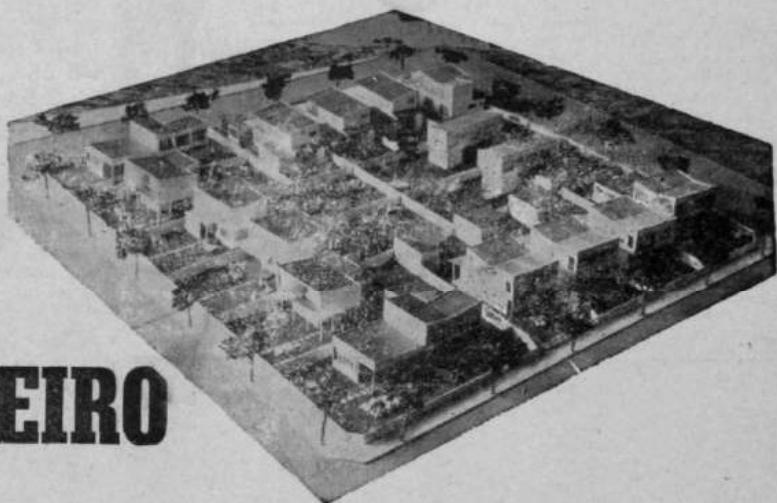
Farelo de Trigo — Rações Balanceadas

RECIFE

PERNAMBUCO

**ADQUIRA  
SUA CASA PRÓPRIA!**

# **o LAR BRASILEIRO**



**tem as residências  
para sua escolha**

Residências e apartamentos para quase todos os gostos, mas com a garantia da **QUALIDADE** e **IDONEIDADE**, que constitui o padrão inalterável de nossas operações imobiliárias.

BAIRROS	LOGRADOUROS	PREÇOS A PARTIR DE
BOA VIAGEM	R. CONSELHEIRO AGUIAR (Depois do 3.º Jardim)	900.000,00
GRAÇAS	AV. RUY BARBOSA (Frente do Hospital Infantil)	930.000,00
VARZEA	AV. AFONSO OLINDENSE (Últimas Unidades à Venda)	370.000,00
BOA VISTA	RUA DA UNIÃO (Apartamentos) (Dispondo Apenas de 3 Unidades)	650.000,00



INFORMAÇÕES  
E VENDAS

**Banco Hipotecário  
Lar Brasileiro, S/A**

AV. GUARARAPES, 86  
LOJA 7 — FONE 7352

Bordão ininterrupto:  
das 8,15 às 17,30 hs.  
Aos sábados, das 8,15 às 11 hs.

Presentes o governador do Estado e o ministro da Saúde

# ENTREGUE AO TRÁFEGO PÚBLICO O TRECHO PAVIMENTADO PAUDALHO — CARPINA

Cometimento de transcendental importância à vida do Nordeste ocorreu, sábado último, as 11 e 15, na cidade de Carpina, neste Estado, quando da inauguração do trecho pavimentado compreendendo entre Paudalho-Carpina, imediatamente entregues ao tráfego público. Obra de grande envergadura, de valor incomensurável à economia desta região do país, representa o alto esforço dispensado pelo governo do Estado, Classes Conservadoras e todos quantos contribuem com uma parcela para o prosseguimento do Plano Rodoviário do

**CARPINA, IMPORTANTE MUNICÍPIO DA ZONA DA MATA, VIVEU UM DE SEUS GRANDES DIAS — OBRA DE GRANDE ENVERGADURA E DE VALOR INCOMENSURÁVEL À ECONOMIA NORDESTINA — DISCURSOS DO MINISTRO DA SAÚDE, DO GOVERNADOR DO ESTADO E DO SECRETÁRIO DE VIAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS — PESSOAS PRESENTES**

nhos a se deslocar para o local da inauguração. Poucos minutos depois das 11 horas, chegavam ao local o governador Etelvino Lins e o ministro da Saúde, dr. Aramis Ataíde, acompanhados de regulares comitivas, da qual faziam parte, entre outras, as seguintes autoriza-

mentos dos prefeitos de Carpina e Paudalho, vereadores, usineiros, fornecedores de carne, comerciantes, figuras outras representativas nos meios da administração e sociedade local. Após, dirigiram-se ao local onde se encontrava a fita simbólica, dando início ao ato.

inauguração do trecho pavimentado ligando as cidades de Paudalho e Carpina o seu prezado amigo ministro Aramis Ataíde, a quem entregara o presidente Café Filho, em boa hora, a pasta da Saúde. Rendia-lhe especial homenagem, naquele instante, e ao Estado do Paraná, por ele tão bem representado no Governo da República.

Fez considerações a seguir sobre o que foi a sua administração, nestes dois anos de governo, em função dos compromissos que assumira quando candidato. Prometera lutar pelo equilíbrio orçamentário, diante do deficit de Cr\$ ..... 218.000.000,00 que encontrara,

draram — sentimentos regionalistas.

## CONCLUINDO

Terminou o governador Etelvino Lins por solicitar ao ministro Aramis Ataíde que desse por inaugurado o novo trecho pavimentado, com o qual concluído estava o plano previsto para a zona norte, tendo Carpina precisamente como ponto final.

## PROSSEGUINDO O PLANO

"Ao assumir o governo do Estado, procurei estabilizar nossa situação econômico-financeira. Hoje, quando faltam poucos dias para entregar o

notadas pela reportagem: governador Etelvino Lins, dr. Aramis Ataíde, ministro da Saúde; professores Artur Coutinho e Aderval Jurema, secretários de Saúde e Educação, respectivamente; coronel Salm de Miranda, secretário de Segurança Pública, engenheiro Hélio Loreto, secretário de Viação e Obras Públicas, engenheiro Lauro de Figueiredo, diretor do Departamento de Estradas de Rodagem; coronel José Francisco de Moraes Vasconcelos, prefeito de Carpina; dr. Gervásio Coutinho, prefeito de Paudalho; dr. Gilmar Pinto Costa e Aranha de Moura, universitário Sérgio Murilo, dr. Hélio Raposo, engenheiro Bartolomeu Santos, tenente José Soares de Quiriz, delegado de polícia de Carpina, jornalista Artur Alves, padre Lamego, vereadores José Olímpio de Queiroz, Antônio Batista de Sousa, de Carpina, dr. Gualberto Veloso



A ORAÇÃO DO MINISTRO — Ladeado pelo governador do Estado, secretário de Viação e Obras Públicas, outras autoridades civis e militares, aparece o dr. Aramis Ataíde, ministro da Educação, quando pronunciava sua oração.

Estado, idealizado e iniciado pelo saudoso estadista Agamenon Magalhães.

Foi num ambiente festivo, a que esteve presente a heróica gente daquela comunidade, altas autoridades civis e militares, usineiros, comerciantes e pessoas várias, que se realizou a solenidade.

## CHEGADA DAS AUTORIDADES

Desde às primeiras horas da manhã, grande era o número de carpinenses e habitantes de outros municípios circunvizinhos.

dades: eng. Hélio Loreto, secretário de Viação e Obras Públicas, professor Artur Coutinho, secretário de Saúde e Assistência Social, coronel Salm de Miranda, secretário da Segurança Pública, professor Aderval Jurema, secretário de Educação e Cultura e figuras outras representativas nos círculos da administração estadual.

Recebidos sob prolongadas salvas de palmas dos presentes, os dois ilustres homens públicos e demais autoridades foram recebendo os cumprimentos:

## A SOLENIDADE

A solenidade teve início com um discurso pronunciado pelo engenheiro Hélio Loreto, secretário de Viação e Obras Públicas. Ouviu-se, depois, o sr. Hélio Brandão, em nome do prefeito de Carpina.

## A PALAVRA DO GOVERNADOR

O orador seguinte foi o governador Etelvino Lins.

Salientou, inicialmente, que uma feliz coincidência fizera com que estivesse presente à

e conseguira encerrar o exercício financeiro de 1953 com um saldo de quase Cr\$ ..... 10.000.000,00.

**SALDO NO ORÇAMENTO**  
Prosseguindo na mesma política de compreensão de despesas e de combate à evasão de rendas, acabava de obter, na execução do orçamento de 1954, o elevado saldo de Cr\$ 116.706.000,00.

Entregaria o governo, a 31 de janeiro próximo, ao grande brasileiro em boa hora incorporado à vida pública de Pernambuco, general Cordeiro de Farias, com todos os compromissos rigorosamente em dia e com um saldo real que não exageraria se calculasse em centenas a cem milhões de cruzeiros.

Mencionando os principais melhoramentos e iniciativas de sua administração, salientou ainda que politicamente tudo fizera para que Pernambuco se colocasse em posição de destaque na Federação. Pernambuco tem hoje — disse — voz e voto nas deliberações nacionais, ao mesmo tempo que acaba de mostrar, com a eleição de Cordeiro de Farias, que aqui não medra — e nunca me-

governo de Pernambuco ao grande brasileiro, o general Cordeiro de Farias, o Estado estava com suas finanças em dia. Seu funcionalismo estava sendo pago, antecipadamente, e um saldo de 213 milhões de cruzeiros depositado no Tesouro e nos bancos.

O oração do governador do Estado, de vez em quando, era interrompida por prolongadas salvas de palmas da multidão, que, assim, rendia sua homenagem à figura do ilustre homem público.

## ENTREGUE TA TRAFEGO

Depois, o governador Etelvino Lins e o ministro da Saúde, acompanhados pelas demais autoridades e multidão, dirigiram-se ao local onde se encontrava a fita simbólica, que foi cortada pelo dr. Aramis Ataíde, após o que, foi o aludido trecho entregue ao tráfego público.

## PESSOAS PRESENTES

A solenidade de inauguração do trecho pavimentado Paudalho-Carpina foi assistida pela população do segundo município e outros adjacentes, e pelas seguintes autoridades a-



UMA VISTA DO TRECHO INAUGURADO — Uma vista parcial do trecho pavimentado Paudalho-Carpina, entregue, sábado, ao tráfego público. Faz parte do Plano Rodoviário do Estado, e virá exercer papel preponderante no escoamento da produção pernambucana e de outros Estados vizinhos.



A PALAVRA DE UM TECNICO — O engenheiro Hélio Loreto, secretário de Viação e Obras Públicas, ao pronunciar seu importante discurso, ao microfone das emissoras pernambucanas. Entre outras autoridades presentes, aparece, ainda, o professor Artur Coutinho, secretário de Saúde e Assistência Social.

vendedor Antônio Batista de Sousa, do Recife; sr. Hélio Brandão, usineiro João Cavalcanti Pessoa de Petrituba, engenheiros Rizaldo Raposo, Florival Silvestre Neto e João Pereira da Veiga, dr. João Caldas, dr. Joaquim Pinto Lapa Sobrinho, dr. Paulo Nóbrega, senhorinhas Maria Pilar Pinto Costa, Lúcia Pinto Costa, Teresa Pinto Costa, Maria Leonor Costa Cavalcanti, Teresa Ferreira de Sousa, dr. Valdemir Cavalcanti, senhorinhas Dilza Melo, Rute Praxedes, Célia Peixoto, Dalvany Viana, figuras outras representativas nos círculos administrativos, industriais, comerciais e sociais de Carpina e municípios vizinhos e outras que escaparam à reportagem.

As festividades inaugurais foram transmitidas pelos Rádios Clube de Pernambuco, Rádio Tamandaré e Rádio JORNAL DO COMÉRCIO e abrillantadas pelas bandas de música «Sete de Setembro» de Carpina, e uma fração da banda da Força Policial do Estado.

# NOVOS POEMAS DE LUCIANO MARÍS

NORDESTE apresenta nesta página alguns poemas de Luciano Mariz. O autor não é dos mais conhecidos. Queremos crer mesmo que seja desconhecido totalmente dos nossos leitores. O que nada tem a ver com a qualidade de sua poesia, que é bem apurada, como se verá. Pela forma, aliás, e pelo tratamento dos temas, não parece um dos "novos" que estão constantemente surgindo — alguns com a credencial única da "novidade", como se esta valesse por si — mas um espírito maduro e uma sensibilidade enriquecida pela experiência e afinada pelo exercício das ideias.

A falar verdade, a própria redação não conhece pessoalmente o autor. Seus poemas nos foram trazidos pelo nosso ilustre colaborador, professor Luís Delgado e só isto é uma grande recomendação. Ocorre-nos, aliás, a coincidência existente entre o prenome do autor e o nome de um dos personagens do único romance do professor Luís Delgado, INQUIETOS, que há uns vinte e cinco anos foi tão bem recebido pela crítica de então. Mas deve ser mera coincidência. Se não fosse, nada haveria de estranho nisto, porque naqueles tempos o professor Luís Delgado espalhou alguns poemas pelas revistas literárias. E bons poemas, por sinal.

## Os Pais

**E**LES me chamaram à vida. O seu amor tranquilo e grave, chamou à vida, num canto anônimo da terra, o [meu corpo e a minha alma. E os caminhos estiveram abertos e claros diante [de mim: Elas haviam traçado os rumos e indicado as diretrizes.

Através de gestos exatos e de palavras nitidas, assinalaram aos meus olhos o sentido das coisas, puseram sinais inconfundíveis no bem e no mal.

Cotidiana, modestamente, a sua intima grandeza criava em torno de mim um nobre universo fora [do qual era triste viver. E elas me deram um espírito para viver nesse mundo, como há organismos para o calor dos desertos e [o frio das montanhas.

Agora que se foram de mim, levados pela morte, só Te peço, Senhor, que, ao termo da minha insignificante existência, quando vierem ao meu encontro (pois não é natural esta separação), elas me possam reconhecer: nada se tenha desfeito do coração que elas fizem e a alma esteja tal qual saiu de suas mãos.

\*\*\*

## A Mulher

**A**FONITO, na terra que jamais pisara, o servo de Abraão estremeceu ante a extensão do [seu encargo: como identificar no povo desconhecido uma esposa para o filho de seu amo, não uma jovem qualquer, graciosa e soridente, mas a que olhase como dona os horizontes da [Promessa — a descendência mais numerosa do que as areias [do mar e todas as gerações por causa dela abençoadas? O abandono da pátria e da casa, a peregrinação [nas landas estrangeiras, o tardio nascimento de Izac e depois, a prova [suprema o cutelo sobre o pescoço do menino —.

TRABALHOS GRÁFICOS  
PAPEIS EM GROSSO E A VAREJO  
ARTIGOS PARA ESCRITÓRIOS  
Visite a

Livraria Universal

Avenida Rio Branco 50 a 58  
RECIFE — PERNAMBUCO

## Os Filhos

**N**AO peço para vocês o poder e a fortuna, como também não peço a miséria e a nudez. Peço apenas a certeza de que o mundo é vazio e é com seu próprio coração que o homem se [encontra, ao fim de tudo.

Há o momento de saber, em certa idade, como configurar em gestos, em palavras, em des- [tin] a espantosa indeterminação do nosso ser.

Sentimo-nos como um poema cuja inspiração he [sítou. Buscamos o que nos diria e ficamos indecisos entre as inúmeras linguagens que o tempo, o cálculo e a paixão, a consciência [e a inconsciência fazem falar em nossa leviana boca. Procuramos a nossa alma e não é nos objetos exteriores que a iremos achar, nem na riqueza nem na glória.

E' no íntimo de nós mesmos, num silêncio ou nu [ma lágrima. Na evocação de uma ternura que nem se expandiu talvez. Na lembrança de um olhar paterno ou de um [materno carinho. Em coisas que não tiveram seguimento, não mu[daram a vida — simplesmente fica[ram em nós.

Se somos fiéis a isso, não nos perdemos. Poderemos dizer aqui estou, quando Deus nos [chamar. E em vez de sermos um monte de escórias que [se despeja, despojos inertes e inúteis, fragmentos mortos, na [morte — seremos um coração vivo e honesto, o coração que Deus mandou viver, cujo regresso [aguarda e, no intervalo, a um anjo confiou, que o não perdesse de vista.

Só peço para vocês que não se dispersem nem [perturbem.

### Esmeraldo

Estive em Olinda, com a Braga & Távora lá encontrar o Luciano Mariz que é aquela região e me deu uns versos para colocar na praça. Tronze-ei para a lindinha da apresentação.

Sei que esses vão dar liga e não brilhar seus braços, sem covardia e muita vontade deixar de ajudar um letrista interiorano por medo da sua língua...

Trinad pôr que fizer — em meu nome e no do autor

Deepady.

# Cresce a cidade do Recife sob a orientação de uma administração eficiente

O período que agora atravessa a cidade do Recife é do maior progresso e maiores transformações. E se-lo-á ainda mais, agora com a chegada da energia de Paulo Afonso, o desenvolvimento industrial da cidade adquirirá intensidade desusada, com a repercussão em todos os setores da vida urbana. É verdade que essa repercussão trará também consigo difíceis problemas e o agravamento de parte daqueles que nos afligem. Entretanto, havendo um planejamento desse desenvolvimento, como, por exemplo, em relação à localização das novas indústrias, o que, de certo, será previsto pela Comissão de Desenvolvimento Econômico do Estado de Pernambuco (CODEP), será possível canalizar o surto de progresso para fins saudáveis e produtivos.

A despeito da crise financeira em que se debate o Estado, a atual administração do Recife, entregue à capacidade e a superior visão do dr. José do Rêgo Maciel, vem realizando obras de maior importância para a melhoria dos serviços urbanos. O desequilíbrio financeiro encontrado pelo jovem administrador municipal

tre os principais serviços executados ou em franco andamento, destaca-se em primeiro plano o alargamento da rua Conde da Boa Vista, ousada iniciativa do prefeito dr. José do Rêgo Maciel, e a conclusão do alargamento da rua da Aurora, artéria de vital importância no sistema de circulação da capital. Além disso, sobressai o trabalho de pavimentação de novas ruas.

Acompanhando o mesmo ritmo de trabalho do D.E.O., o Departamento de Agricultura, Mercados e Matadouro está empenhado na construção de novos parques infantis, na arborização das ruas e construção de mercadinhos. Considerando a utilidade e a vantagem das feiras livres já existentes, estão sendo distribuídos pelos arrabaldes outras tantas, possibilitando aos habitantes de todos os recantos da cidade trair os benefícios desta modalidade de abastecimento de gêneros. Além disso, vem o Departamento de Agricultura estudando as possibilidades de um aproveitamento racional da chamada "faixa verde", que cerca o Recife, para a cultura de hortaliças. Os serviços de ajardinamento, na cidade, prosseguem



O prefeito inaugura a Biblioteca Popular de Afogados

rencias sobre os mais variados assuntos, folclore, música, pintura, cinema, teatro, história, pedagogia, etc., convidando para tal, as maiores autoridades do Estado e do País.

Com a reforma introduzida nos Serviços Municipais pela Lei n.º 2.196, de 19 de maio de 1953, foi criado o Departamento de Bem-Estar Público, no qual estão sujeitos o Serviço Médico, as Administrações dos Cemitérios e a antiga Diretoria da Limpeza Pública, além do serviço de salvamento nas praias. Também neste Departamento fez-se sentir o vigor da atual administração. Há pouco tempo foram inaugurados vários melhoramentos no cemitério de Santo Amaro: calçamento com asfalto de várias alamedas, construção de uma caixa d'água com capacidade para

24.350 litros e instalação de 60 novas torneiras espalhadas pelos diversos recantos daquele cemitério. Todavia, se o cemitério de Santo Amaro, o maior que temos, já é pequeno para uma cidade do porte do Recife, o que dizer dos demais? Fazia-se necessária a ampliação do cemitério da Várzea e o DBEP lançou-se ao empreendimento, estando para concluir os trabalhos de aumento, que duplicarão a área daquela necrópole. Os serviços de limpeza pública também foram beneficiados com o impulso da atual direção do Departamento; além do aumento da frota de veículos destinados à coleta do lixo, foram feitas várias modificações e adotados processos mais racionais na realização dos trabalhos. Para melhor atender às necessidades do serviço foram concluídas várias construções, inclusive um novo prédio para o Escritório Geral, um galpão para o abrigo das viaturas, com 760m<sup>2</sup> e uma cantina, destinada aos modestos funcionários da Limpeza Pública. No tocante aos serviços de salvamento nas praias, o DBEP, para uma assistência mais eficiente, pôs à disposição dos

banhistas, aos domingos, uma ambulância, servida pelos doutorandos da Faculdade de Medicina. A Prefeitura do Recife, a par de todo empenho em realizar uma administração proveitosa, concorrendo para o progresso da cidade e para o bem-estar dos seus habitantes, não poderia também deixar de olhar para os funcionários que constituem a maioria de suas realizações. Visando, portanto, um amparo mais efetivo ao seu funcionalismo é que foi encetada uma completa



Inaugurando a nova pavimentação da rua Conde da Boa Vista

foi em grande parte corrigido e a Prefeitura, ao contrário da expectativa que reinava em torno da capacidade de ação da nova gestão, pôde enfrentar os encargos que se lhe deparavam.

Vejamos em ligeiro retrospecto, as principais realizações da Prefeitura, através dos vários Departamentos por que atua:

Na parte relativa ao "Departamento de Engenharia e Obras" são inúmeros os trabalhos realizados nesta etapa administrativa. Sem falar nos serviços rotineiros como conservação e reparos das artérias da capital, o D.E.O. vem executando um vasto plano de melhoramentos, os quais não se limitam ao centro da cidade nem apenas às suas principais vias de penetração, mas estende-se a todos os bairros e subúrbios, levando os seus benefícios aos morros e aos córregos mais distantes. Den-

gueem ininterruptos. Os trabalhos de embelezamento das margens do Capibaribe, já concluídos, perpetuam, só por si, uma administração, realçando e mesmo aumentando a beleza do tradicional rio, uma das características da metrópole pernambucana.

Paralelamente a todas essas realizações materiais, a Edilidade tem dispensado grande atenção à parte cultural. Através do Departamento de Documentação e Cultura, pioneiro, no gênero, em todo o país e ainda hoje, modelo das repartições congêneres das diversas capitais, grande é a atividade desenvolvida neste setor, educando e mesmo elevando o nível cultural do nosso povo, incrementando o interesse pelas artes e assegurando aos menos favorecidos da sorte, aqueles que mal podem assegurar o sustento cotidiano, sadios e instrutivos divertimentos. Ai estão as Bi-

tria Sinfônica do Recife é mais um dos veículos de expansão cultural e diversional da Prefeitura, assim como a Discoteca Pública Municipal, cuja frequência vem aumentando dia a dia, não só em audições individuais mas nas audições públicas semanais. O DDC espera inaugurar próximamente um curso completo de turismo, para o aperfeiçoamento de "cicerones", iniciativa necessária para o bom andamento dos serviços de turismo, enquadrados em suas atribuições e que, na certa, abrirão novos horizontes ao efêmero movimento no Recife, neste setor. Dentro das atividades do DDC podem ser citados, ainda, o serviço de cinema popular; a publicação periódica de "Arquivos" e do "Boletim da Cidade e do Porto do Recife", além da publicação de várias livros de interesse geral e de reconhecido valor cultural, e por fim a promoção de confe-

## Caixa de Crédito Mobiliário de Pernambuco

(Criada pelo Decreto Estadual n.º 161, de 20 de Agosto de 1938)

End. Teleg. — "CREDOMIL"

Telefone, 9401 — Caixa Postal, 649

Avenida Rio Branco, 23 - Recife - Pernambuco

— x —

Depósitos garantidos pelo Estado

— x —

Paga as melhores taxas de juros  
a seus depositantes

— x —

C/C de Movimento (retiradas livres)  
— 4% a.a.

C/C Populares (limite de Cr\$ 30.000,00,  
com cheques) — 6% a.a.

C/C com aviso prévio (avisos de 10, 20, 30  
dias por retirada até 30, 60 e 100% sobre  
o saldo da conta) — 6% a.a.

## DEPÓSITOS A PRAZO FIXO

De 6 meses — 6½% a.a.  
De 12 meses — 7% a.a.

# NOVAS FONTES DE RIQUEZA PARA A REGIÃO NORDESTINA

COM a chegada da energia elétrica de Paulo Afonso, dois problemas essenciais se nos apresentam: a) o aumento da produção de matérias primas; b) o crescimento de nosso parque industrial. Nesse sentido, incontestavelmente, torna-se necessária a seleção de sementes e a sua distribuição entre os agricultores, bem como, a aplicação de modernos métodos na exploração agrícola, a fim de conseguir o máximo possível em cada safra. Sem isso, evidentemente, ficar-se-á no empirismo, que tem caracterizado grande parte de nossas atividades, com resultados relativamente pequenos. A execução desse plano, nem dúvida, não poderá ter êxito senão com a participação do governo. Todavia, é de valor inestimável para isto, a iniciativa privada.

Com efeito, no nosso sistema de produção, a iniciativa privada tem sido um meio eficaz para o desenvolvimento econômico. Aqui mesmo, em Pernambuco, por exemplo, a Sociedade Algodoeira do Nordeste Brasileiro S. A. (SANBRA) vem procurando, não somente fazer com que seja aumentada a produção das matérias primas já existentes, mas, também, incentivando o cultivo racional de outras fontes de riqueza.

## A CULTURA DO AMENDOIM

Com esse objetivo foi

prima suficiente para a fabricação de óleo comestível de primeira qualidade e farelo-alimento de grande concentração de proteínas para os nossos rebanhos leiteiro e de corte.

## INDUSTRIALIZAÇÃO

Naturalmente, ao lado do aumento da produção, é necessário se cuidar do correspondente crescimento do parque industrial manufatureiro. Isto porque, se ao aumento da produção das matérias primas não corresponde o crescimento industrial, corre-se o risco de enfrentar o problema da superprodução, com todas as consequências que advirão. Igualmente, não trata-se de fazer crescer, simplesmente o parque industrial. É indispensável, antes de tudo, que se o aparelhe pelos meios mais modernos que oferece, hoje, a técnica. Do contrário, os produtos manufaturados terão um preço de custo elevado, impossibilitando-os de concorrer, com vantagem no mercado internacional. A questão, portanto, não prende-se, somente

com o aumento da produção das matérias primas, mas com a correspondente expansão do parque industrial, com todos os seus efeitos, que se avizinha.

## O PARQUE INDUSTRIAL DA SANBRA

Com efeito, o parque industrial da SANBRA, em Areias, está dotado dos mais modernos conjuntos de prósas e de instalação de extração por solventes, incluindo equipamento de refinação e enriquecimento de óleos comestíveis e industriais, fábricas de sabão e de fertilizantes. Deste modo, a SANBRA está em condições de extrair óleo de 50 mil toneladas de sementes oleaginosas, possibilitando, assim, não apenas o abastecimento do mercado interno, mas, também, a exportação do

190.550 metros quadrados. Área construída 25.701 m<sup>2</sup>.

Capacidade dos tanques para óleo, 4.841.000 quilos.

operários. Realmente, ali os operários aprendem a lidar com a aparelhagem mais moderna, tecnicamente transforma as nossas matérias primas, a SANBRA contribui decisivamente para a formação de uma elite de operários.

eletrocinistas dos motores "Diesel", montados por aquela companhia para o seu próprio abastecimento de força e luz, em virtude do rationamento então existente. Incontestavelmente, ao mesmo tempo que transforma as nossas matérias primas, a SANBRA contribui decisivamente para a formação de uma elite de operários.



A capacidade dos tanques para óleo da SANBRA é de 4.841.000 quilos e os seus tanques elevados para água têm capacidade para 600.000 litros

Área total ocupada, Capacidade dos tanques elevados para água ... 600.000 litros.

Desvio ferroviário, 1.400 metros.

Ruas calçadas com paralelepípedos, 26.000 metros q.

Consumo de energia elétrica, por dia 15.000 KWh.

mente. Isso desde o trabalho mecânico da oficina da fábrica até os de técnicos dispensáveis ao desenvolvimento da Região nordestina.

## PRODUÇÃO

Óleo de algodão, 6.000 toneladas.

Óleo de mamona, 9.500 toneladas.

Farelo de algodão ... 10.000 toneladas.

Farelo de mamona ... 11.000 toneladas.

Aubos, 10.000 toneladas.

Sabão, 2.000 toneladas. (produção por safra).

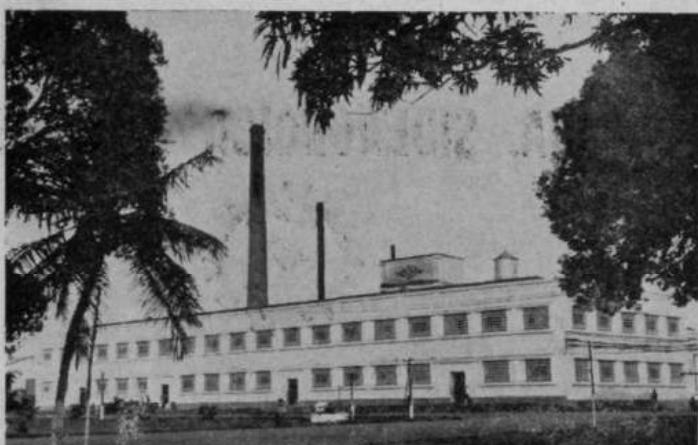
## UMA ESCOLA DE ESPECIALIZAÇÃO

Todavia, não podemos nos limitar a ver o parque industrial da SANBRA apenas sob o aspecto de produção. Para o desenvolvimento econômico do Nordeste ele tem, igualmente, outro grande significado: o de especializar



**MINHA COMPANHIA  
E EU SINCERAMENTE  
DESEJAMOS...**

...que o Natal deste ano seja celebrado pelo Amigo e sua família num ambiente festivo e alegre, cheio das mais grata surpresas - diz "Seu Kilowatt, o criado elétrico".



No parque industrial de Areias os operários aprendem a lidar com as máquinas mais modernas. Isto representa uma grande contribuição para a formação de nossa elite de operários

que, a SANBRA, selecionou uma grande quantidade de sementes de amendoim e entregou-a a Secretaria de Agricultura, para ser distribuída entre os interessados. Com essa iniciativa, individualmente, está garantido o início de uma grande produção de amendoim, que trará para o Nordeste uma nova fonte de riquezas. Pois, estima-se que dentro de uns dois anos, aproximadamente, já estejamos produzindo de 10.000 a 15.000 toneladas daquela oleaginosa promissora. Para tanto, é indispensável, apesarmente, que se ampare e estimule o

excedente para o exterior.

Para que se tenha uma idéia do parque industrial de Areias, basta que se observe o quadro seguinte:

**João Conde & Cia. Ltda.  
“A PHENIX”**

Comestíveis finos

Rua Duque de Caxias, 244  
FILIAL — Rua Nova, 340  
RECIFE — PERNAMBUCO  
TELEGRAMAS DUQUE

FONE: MATRIZ — 6203 - 6259, FILIAL - 6125

**PERNAMBUCO TRAMWAYS AND POWER CO. LTD.**

**Caixa Postal, 333**

**FONES: 7493, 7494, 7667 e 7079**

**End. Teleg. CHAMPION**

**INSCRIÇÃO, 7976**



# **ARMINDO C. MOURA COMÉRCIO S. A.**

**RUA IMPERIAL, 1069-75**



**FORD MOTOR COMPANY EXPORTS, INC.**



**FORD E MERCURY**

**CIA. SIDERÚRGICA NACIONAL**



**Recife**

**Pernambuco**

# O Domínio Holandês e a Economia Açucareira

(CONTINUACAO DA 5a. PAGINA)

(14). Isto mostra a atração que, nos primeiros tempos, o engenho exerceu sobre os invasores, ansiosos de grandes vantagens e lucros no negócio do açúcar. Ao que parece, porém, não demoraram os holandeses à frente de seus engenhos, e logo os passaram adiante, talvez por sua inaptidão para a atividade agro-industrial do açúcar.

Temos então uma segunda fase na economia açucareira sob o domínio holandês. Esta segunda fase revela a inabilitação do holandês para a vida rural, e se encontra denunciada em vários documentos coevos e em autores contemporâneos. Em consequência os holandeses vão permitindo que a lavoura da cana e o fabrico de açúcar voltem aos luso-brasileiros, cujos conhecimentos da técnica de produção facilitavam o ressurgimento da atividade, entrada em decadência, com o declínio dos volumes produzidos.

Na verdade, não se adaptaram os holandeses à vida rural, muito embora para ela se tivessem continuamente voltado. Faltava-lhes conhecimento específico da lavoura da cana e da indústria do açúcar; e, mais do que isto, habituados à vida urbana, não se animaram a integrar-se no meio rural, atendendo-lhe às exigências<sup>9</sup>. Em consequência, grande parte, ou a maior parte, dos engenhos continuaram em mãos de luso-brasileiros; ou, como lembra Gonçalves de Melo, neto, "apesar de submetidos, os brasileiros e portugueses dos engenhos dominaram a vida rural do Brasil holandês".

Portuguêses são os fabricantes de açúcar nas capitâncias conquistadas, lembra Gaspar Dias Ferreira (15); e isto porque poucos flamengos se dedicam a essa indústria, o que, aliás, não impede que sejam algumas vezes proprietários. Também os portuguêses é que fazem os negócios de escravos, importando-os e depois passando-os aos holandeses, algumas vezes até os revendendo aos proprietários rurais. Assim, por intermédio dos portuguêses, ou dos luso-brasileiros; é que os holandeses chamam a si os frutos das conquistas, tal como registra Gaspar Dias Ferreira na mesma citada carta.

Aliás, pode salientar-se que, todo o período de invasão ou domínio holandês — o de lutas, ou o de paz — se desenrola através da luta em torno do açúcar. Na fase de invasão, como mais tarde na de restauração, as guerrilhas, as batalhas, os combates se

ferem, em grande parte, em território de açúcar: canaviais, engenhos, casas grandes; ou evitando ou destruindo o contacto de um dos grupos com a área açucareira.

No período de relativa paz que são os sete anos de governo de Maurício de Nassau, voltam-se as visitas para a restauração dos engenhos destruídos ou para o incremento do plantio da cana de açúcar. Holandeses querem ser senhores de engenho (16), os privilégios dos senhores de engenho são lembrados, tal como o fez a Câmara de Olinda, em 1637, ao indagar de Nassau se seriam mantidos os que o rei de Portugal havia concedido.

A Câmara de Olinda reclamava liberdade de comércio; mostrava que sem essa liberdade se tornava infecção a dominação holandesa. O Estado poderia dar muito, sem, porém, o povo ficar em tanto aperto, proclamava a Câmara. E argumentavam com o cálculo do rendimento anual das quatro capitâncias ocupadas — Pernambuco, Itamaracá, Paraíba e Rio Grande — cálculo assinado por Gaspar Dias Ferreira, diziam os escabinhos da Câmara de Olinda: "e se tirarem a liberdade do comércio, nunca jamais poderá o Brasil chegar a tal estado que lhe renda a terça parte do que vai aportado no dito papel isto é certíssimo, e sem contradição como tal o aceitam VV. SSA. e mandam logo dar livre comércio em tódas as causas de qualquer qualidade que sejam, pois as rendas que se esperam havendo liberdade são tais que bastam a sustentar numerosos exércitos".  
(17)

Esta liberdade poderia melhor traduzir-se na liberdade de comerciar o açúcar; e também de lavrar a cana, que eram justamente as atividades fundamentais da colônia. Do "recenseamento" sobre as rendas anuais das capitâncias ocupadas, vê-se que o grosso das arrecadações se prende ao açúcar. De um total de 545.750 libras, pertencem ao açúcar 425.750 libras, assim distribuindo-se: 40.000 libras relativas ao valor do dízimo de 40 mil arrobas de açúcar macho, branco e mascavado; 5.000 libras do valor do dízimo de 10 mil arrobas de retame; 143.750 libras do direito de recognissâo do açúcar; 150.000 libras do valor do frete de 9 mil toneladas déstes açúcares; 15.000 libras do valor das avarias das mesmas toneladas; 12.000 libras do valor da pensão de açúcar, que cada engenho pagava aos donatários de Pernambuco e Itamaracá; 10.000 libras da renda de navega-

ção dos barcos e passos para os açúcares, passagens e pesquisas; e 50.000 libras do novo direito que se pôs sobre o açúcar (18).

Representava o açúcar, como é natural, a maior expressão econômica da colônia. Nela se baseavam os rendimentos. Reclamavam por isso não sómente o seu fabrico como também a cultura da cana de açúcar, as sanções e os estímulos dos governantes. E a valorização do produto, assim o determinou, tão logo ela se deu, após a queda de preços dos primeiros tempos da ocupação, e a que se refere a já citada carta de 5 de dezembro de 1637 da Câmara de Olinda.

Uma terceira fase liga-se ao problema do financiamento da produção. E' principalmente o financiamento, por particulares, da lavoura da cana e da indústria da açúcar; e esse financiamento é feito em larga escala. Em Nieuhof, na *Bolsa do Brasil*, no Machadão, por exemplo, encontram-se elementosclarecedores dessa situação, através de qual se vão criar as condições propícias para o surto da rebelião. E' que divididas acumuladas e não pagas vão rebelar os devedores contra os credores.

os devedores contra os credores.

Grandes empréstimos, realmente, foram feitos pelos invasores aos senhores de engenho; se isto era um meio de atrai-los, era igualmente um processo de sujeitá-los, através das dívidas que assumiam, na esperança dos grandes lucros auferidos pelo comércio açucareiro. Os mercadores aproveitam a oportunidade e prendem aos seus interesses os senhores de engenho com as dívidas contraídas.

A estas dívidas é que se reporta Caspar Diego For-

A estas dívidas é que se reporta Gaspar Dias Ferreira, em sua carta de 20 de julho de 1645, ao afirmar que os senhores de engenho e lavradores contrairam grandes dívidas com a aquisição dos negros importados da África. Vendiam os holandeses as peças humanas por preços excessivos, sobrecregendo os proprietários rurais; dai dizer Gaspar Dias Ferreira que ficam obrigados os moradores quais dedicam à cultura do açúcar para com os holandeses de tal modo "que não são senhores do seu próprio suor" (19).

E em açúcar, lembra ainda o documento citado, que é a Companhia recebia o pagamento das dívidas contraídas pelos senhores de engenho. (20) Estas dívidas se foram acumulando e dificultando cada vez mais a vida dos senhores de engenho; do antigo esplendor do Brasil português, passavam a esse regime de quase absorção do Brasil holandês; e não poderia deixar de ser isto, o mal estar oriundo dessa situação, uma das causas das lutas da Restauração começadas em 1645.

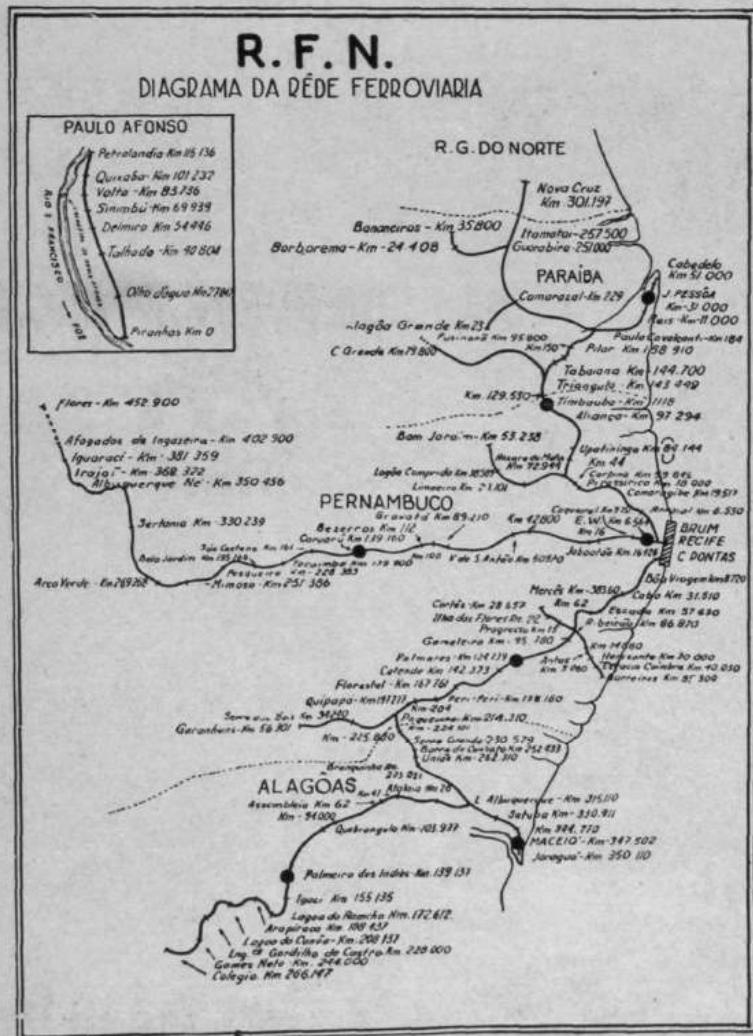
A esse respeito o próprio Nassau não se enganava. E em seu "testamento político" deixa claro a recomendação aos seus sucessores de procederem com brandura em relação aos lavradores e senhores de engenho; deverá ser usada moderção — refere o documento — ao se lhes examinarem os frutos no começo das safras, concordando com eles sobre a parte que hão de entregar, "de modo que eles não fiquem inteiramente privados dos meios necessários para porem a moer os engenhos no ano seguinte". (21)

Tal, entretanto, não aconteceu. O contrário do que recomendava Nassau foi o que se deu, isto é, o governo holandês tirou muito do prestígio e autoridade dos senhores de engenho, embora fôsssem estes os fatores da riqueza coletiva. E' evidente, porém, que estimulariam a produção de açúcar, e isto porque era matéria de seu interesse, desde que naquele produto é que se baseava o sistema económico da região.

Este estímulo, por outro lado, era uma maneira, como já vimos, de prender a gente da terra, através de dívidas, aos invasores; na sua maioria homens de negócio, os bátoros se ligaram com os homens da região por meio dos mercadores, que, como intermediários das transações, auferiam as maiores vantagens. Tudo isto é que, apesar do ambiente que Maurício de Nassau procurou criar, não cessou de haver no íntimo dos senhores de engenho um sentimento de indignação e de revolta; indignação e revolta que explodiram com o governo dos sucessores do Príncipe, na rebelião restauradora de 1645.

Não estão longe da verdade os historiadores que vêm no episódio restaurador de 1845 a explosão de várias causas econômicas que confluíram para precipitar o acontecimento. Para Oliveira Lima, as dívidas: "O motivo, sinão essencial, decisivo da revolução, era sabido ser mais do que o sentimento patriótico, a pressão das dívidas dos agricultores brasileiros à Companhia das Índias Ocidentais e aos traficantes bátvatos" (22); para Capistrano, uma das causas teria sido aquela obrigação do plantio de mandioca: "entre os agravos dos pernambucanos contra os holandeses capitulava-se o de por estes terem sido obrigados a plantar certo número de covas de mandioca" (23).

Mais modernamente, lembram José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro que, nos documentos coevos, se vê sempre que os homens da revolução têm grandes dívidas para com a Companhia e os mercadores particulares, (24) para salientar mais adiante que o movimento revolucionário foi induzido e estimulado pela situação econômica ruinosa dos senhores de engenho. A José Antônio Gonsalves de



# Companhia de Tecidos Paulista S. A.

A Companhia de Tecidos Paulista foi fundada em 1892. Possuía, então, cem teares, fabricando tecidos de algodão crú.

Atravessando difícil situação econômico-financeira, a empresa não progredia, a ponto de seus amigos acionistas exporem as respectivas ações, à venda, na Bolsa de Valores.

Herman Lundgren, pai de Frederico e Arthur Lundgren, foi adquirindo parcialmente essas ações, até que ficou sendo o maior acionista da empreza.

Era a fase de organização da Companhia de Tecidos Paulista.

A fim de residir, com sua família no local da sede da fábrica, teve de fazer antes um serviço de saneamento da localidade. Era Paulista ambiente paludoso, em função dos terrenos que alagavam a antiga Vila.

Herman Lundgren drenou toda região, reduzindo desta forma os efeitos endêmicos da área.

Promoveu a ampliação da Vila operária local, construindo casas higiênicas.

Depois de toda esta época luta com o fim de tornar Paulista habitável, Herman Lundgren falecia, em 1908.

Substituindo ao pai, de início, dirigiu a empresa o filho mais velho Herman Lundgren Júnior que passou, logo depois, a chefia a Frederico João Lundgren, seu irmão.

Verificou Frederico Lundgren que, para competir com os fabricantes do sul, a Paulista teria de adqui-

## A história de uma das mais antigas organizações industriais do Estado - Herman Lundgren, um pioneiro

rir tinturaria, e todos de mais maquinismos capazes de produzir tecidos finos.

Autorizado pela sua mãe, d. Elisabeth Lundgren seguiu para a Europa e, lá, depois de realizar arrojada e importante operação financeira, trouxe para Pernambuco as primeiras estamparias do norte do país.

Data, daí, a nova produção de tecidos da Paulista que produziu verdadeira revolução no mercado interno dos tecidos nacionais.

Por isto mesmo sofreu grande guerra dos competidores, que, alarmados com os preços populares da Paulista, baratearam suas fazendas, exigindo dos revendedores a condição de não comprar os tecidos daquela fábrica pernambucana.

Frederico Lundgren, então, com a colaboração imediata de seus irmãos Arthur e Alberto Lundgren, instalaram, primeiramente no norte e nordeste do país, as "Lojas Paulistas" e, depois, no sul, as Casas Pernambucanas, com o objetivo de vender mais barato, levando os tecidos diretamente da fábrica ao consumidor.

Os comerciantes, nesta altura, começaram a adquirir os tecidos da Paulista.

listas e, assim, os irmãos Lundgren conseguiram impor seus produtos excepcionais, elevando, destarte, a indústria têxtil de Pernambuco.

Pode-se dizer, sem medo de contestação que os Lundgren foram os elementos decisivos no alevantamento da fabricação e do comércio dos tecidos de Pernambuco.

A Companhia de Tecidos Paulista, sob a direção de Frederico João Lundgren trouxe competentes engenheiros europeus que muito contribuíram para a formação de técnicos têxteis nacionais.

Depois da reforma da indústria, com a vitória comercial dos seus tecidos, à Paulista veio, completamente, aumentada melhorada sua Vila operária, com a construção de milhares de novas e higiênicas habitações, chegando a possuir um total de quinze mil operários, muitos dos quais empregados no trato da lavoura.

Os Lundgrens determinaram cultivar intensamente as terras pertencentes à empresa, para que a família operária local tivesse fácil e barata a aquisição de legumes, milho, macaécheira e tantos outros produtos alimentares necessários a vi-

da saudável do operário.

Apesar de tanto esforço em prol da economia pernambucana, as perseguições políticas obrigaram aos irmãos Lundgren a instalarem, em 1924, a fábrica de Rio Tinto, na Paraíba, e na fundação em 1932 da moderna fábrica Santa Elisabeth, em Conselheiro Lafaiete, em Minas Gerais, fábricas essas que iriam aumentar o parque industrial de Pernambuco e que a politicagem malsã obrigou ter suas instalações fora de Pernambuco.

Representam as empresas Lundgren verdadeiro patrimônio nacional, pois, somente a Companhia de Tecidos Paulista, no último ano da recente Guerra Mundial pagou à União, de imposto de consumo a importância de trinta e seis milhões de cruzeiros.

### ASSISTÊNCIA SOCIAL

A Companhia de Tecidos Paulista presta ampla assistência social ao trabalhador, apesar de pagar elevadas somas aos institutos de previdências.

Em virtude disto, a Paulista construiu um confortável e belo prédio de três andares, onde funciona a Policlínica Santa Elisabeth, que dispõe de uma seção de maternidade com quinze leitos, berçário, serviços clínicos especializados e oftalmologia, otorrinolaringologia, ginecologia, pediatria, cirurgia geral e clínica médica, serviços de raios X e clínica residencial.

Trabalham, na Policlínica, doze médicos especialistas e



O saudoso sr. Alberto Lundgren, a quem Pernambuco muito deve no seu programa Industrial

tas e o serviço de enfermagem é praticado sob a direção das irmãs Santas.

### ASSISTÊNCIA RELIGIOSA

Os irmãos Lundgren, em homenagem à memória de sua genitora, fizeram construir uma importante Matriz, cujo prédio é, no gênero um dos maiores e mais originais do Estado.

A Matriz tem residência paroquial para o vigário e padres auxiliares, fornecendo transporte a Empre-

sa, quando os sacerdotes têm de realizar exercícios religiosos adjacentes ao município.

Na construção da igreja foram despendidos mais de sete milhões de cruzeiros.

— O —

Neste ano comemorativo do Tricentenário da Restauração a Companhia de Tecidos Paulista S. A. continua no seu desenvolvimento para a glória de Pernambuco e do Brasil.

# O Domínio Holandês e a Economia Açucareira

(CONTINUAÇÃO DA 15a. PÁGINA)

Melo, neto, igualmente, não passa despercebido o caráter econômico do movimento restaurador, fazendo salientar, aliás, que, segundo um dos depoimentos recolhidos, a senha da revolta era a palavra "açúcar". (25)

O açúcar esteve assim particularmente ligado à revolução restauradora; mas que o açúcar propriamente, os senhores de engenho e os lavradores, verdadeiros chefes da rebelião, ligavam-se, pelos seus interesses econômicos em perigo, à campanha que durou de 1645 a 1654, quando foi celebrada a capitulação dos neerlandeses na campina do Taborda, depois das vitórias de 1648 a 1649 no monte dos Guaraapes.

Não de menor significado econômico foram estas batalhas — as dos Guararapes — que determinaram o fim do poder neerlandês no Nordeste brasileiro; é que os montes em que se decidiu a luta, constituem ponto nevrálgico do contacto da cidade, no caso o Recife, com os centros produtores de açúcar, as principais regiões açucareiras de Pernambuco. Fechando a comunicação dos invasores, situados no Recife, com o interior mais fortemente econômico, os brasileiros cortavam-lhes as possibilidades de posuir o açúcar produzido e igualmente, de receber os víveres que abasteciam o Recife.

O movimento iniciado em 1645, provocava-nos, na verdade, os substitutos de Nassau, que não souberam, ou não quiseram, contemporizar com a situação, contornando as dificuldades. A Nassau pareceria possivel preferir deixar de pagar o sólido das tropas a cobrar à força as dívidas dos pernambucanos, que já ia além de cinco milhões de florins, (26) como meio de evitar o protelar o levante; assim não pareceu, porém, aos seus sucessores — os conselheiros Hamel, van Bulestrand e Bas.

Estes, com outro sistema de governo em que a ambição dominava a tudo, exigiram pagamento à vista e não mais a crédito; e mais: começaram a cobrança das dívidas já acumuladas. Não foi preciso outro motivo para o levante, e nos mostra Alberto Lamego, com base nos documentos que divulgou, que os principais chefes da rebelião estavam cheios de dívidas: João Cordeiro de Mendonça, almoxarife dos mantimentos, devia "sete ou oito mil cruzeiros"; e dizem "que tem furtado mais de dez mil cruzados"; Luiz da Costa Sepulveda "devia no Recife oito a dez

mil cruzados"; Antônio da Silva, pouco antes do levante tomara no Recife "cinco ou seis mil cruzados"; Amaro Lopes Madeira devia mais de doze mil cruzados. (27)

De João Fernandes Vieira, sabe-se que devia mais de 500 mil florins à Companhia, e um dos seus denunciantes adianta que enviou todas as suas jóias e serviços de prata para a Bahia. E da "relação verdadeira do alevantamento de Pernambuco", vemos que João Fernandes Vieira, de suas relações com os flamengos, veio a obter cinco engenhos e tudo comprava fiado, tanto que devia mais de trezentos mil cruzados, "essa foi a principal causa de seu levantamento pelo comunicar com as pesas de sua fábrica que todos estavam devendo a flamengos e judeus muito dinheiro". (28) E mais: é o próprio Vieira quem proíne aos que tomaram armas, a isenção do pagamento de suas dívidas.

Outros motivos teriam ainda influido para a rebeldia que se verificaria mais cedo ou mais tarde: os sentimentos religiosos da população católica, as dissensões internas, a própria situação financeira dos senhores de engenho que precipitou os acontecimentos, num momento propício.

As principais figuras da campanha da Restauração são senhores de engenho ou lavradores ou homens ligados aos canaviais; são também devedores à Companhia ou aos mercadores holandeses ou judeus. E' o que assinala, com a sua autoridade, Gonsalves de Melo, neto: "A revolta de 1645 foi preparada por senhores de engenho, na sua maior parte, devedores a flamengos ou judeus da cidade. Foi nitidamente um levante de elementos rurais, no qual tomaram parte negros escravos, lavradores, pequenos proprietários de roças, contratadores do corte do pau brasil, etc.". (29)

Eram devedores contra credores; e as dívidas haviam crescido de ano a ano. Em 1642 os senhores de engenho deviam à Companhia, pelas compras de engenho, plantações de cana, escravos, etc., mais de 5.000.000 florins, segundo registra Nassau; (30) e o governador holandês, neste mesmo documento, previa os motivos que poderiam levar os portugueses a uma rebelião, o que, aliás, ratifica posteriormente, em carta de 3 de abril de 1643, ao referir-se ao levante do Maranhão. Foi assim que a rebelião encontrou ambiente e pôde repercutir como um grito de liber-

dade, como um sentimento patriótico dos homens de terra.

### NOTAS

(1) *História Documentada de San Cristóbal de la Habana en la primera mitad del siglo XVII*, Havana, MCMXXX, p. 3.

(2) Da participação do elemento português no comércio de escravos para as Antilhas, registe-se que em 1514 já havia escravos negros introduzidos por contrabando, o que deu motivo a um processo contra portugueses na Espanhola, cf. Fernando Ortiz, *Contrapunto Cubano del Tabaco y el Azúcar*, Havana, 1940, p. 355.

(3) Sobre o assunto cf. José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro, *Civilização Holandesa no Brasil*, São Paulo, 1940, p. 85/101, onde o problema encontra erudita discussão.

(4) *O Holandês no Brasil* — Motivos por que a Companhia das Índias Orientais deve tirar ao Rei da Espanha a terra do Brasil, Amsterdam, 1624, trad. de Rev. Pde. Fr. Agostinho Kilkens, O.C. e José Honório Rodrigues, ed. do Instituto do Açúcar e do Álcool, Rio de Janeiro, 1942, p. 34. O tonel de ouro equivalia a 100.000 florina.

(5) João Lúcio de Azevedo, *Epochas de Portugal Económico*, 2<sup>a</sup> ed. Lisboa, 1947, p. 222.

(6) Sobre a biografia do domínio holandês no Brasil, ver a relação elaborada por José Honório Rodrigues, *Civilização Holandesa no Brasil*, p. 5/59. Acrescente-se como dos mais completos e definitivos estudos sobre o período holandês, José Antônio Gonçalves de Melo, neto, *Tempo dos flamengos*, Influência da ocupação Holandesa na Vida e na Cultura do Norte do Brasil, Rio de Janeiro, 1947, onde se encontra igualmente excelente bibliografia, além dos MSS indicados no prefácio.

(7) "Relatório do conselho político no Brasil", Jan de Waal apresentado aos diretores da Companhia das Índias Orientais a 2 de julho de 1632", *Documentos Holandeses*, 1<sup>o</sup> volume, edição do Ministério da Educação e Saúde, Rio de Janeiro, 1945, p. 121.

(8) "Uma negociação diplomática", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, abril de 1888, n.º 35, Recife, 1888, p. 63.

(9) *Documentos Holandeses*, Miss da coleção Joaquim Caetano da Silva no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

(10) "Uma negociação diplomática", cit., p. 75.

(11) *Tempo dos flamengos*, cit. p. 152.

(12) "Relatório de José Higino Duarte Pereira", *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, número especial, junho de 1888, Recife, 1888, p. 29.

(13) *Relatório de van der Dussen*, nota de Gonsalves de Melo, neto, p. 48.

(14) Idem, idem, notas 136, p. 62; 172, p. 72; 178 e 179, p. 72.

(15) Carta de 20 de julho de 1645, in *Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano*, abril de 1887, Recife, 1887, p. 80.

# Os Holandeses No Brasil Antes De 1621

(CONTINUAÇÃO DA 4a. PÁGINA)

perimentando grandes dificuldades em vender o engenho em termos satisfatórios.

Foi o interesse de Schetz em São Vicente que parece ter trazido para o Brasil os primeiros navios de propriedade neerlandesa e, com tóda a possibilidade, as primeiras tripulações dos Países Baixos. É preciso lembrar que isto não foi incompatível com os regulamentos que governavam o comércio e a navegação entre a metrópole e a colônia. Nos forais não havia proibição explícita para o comércio estrangeiro, ou mesmo para os navios neutros no Brasil. Isto parece estar contido nas palavras: "quaisquer pessoas estrangeiras, que não forem naturais de meus Reinos, ou Senhorios, que a dita terra levarem, ou mandarem levar quaisquer mercadorias, posto que as levem de meus Reinos, ou Senhorios, e que cá tenham pago dizima, pagarão lá da entrada dizima a mim das mercadorias, que assim levarem, e carregando na dita Capitania mercadorias da terra para fora, pagarmo-ão assim mesmo dizima da saída das tais mercadorias".

Há confirmação disto no regimento preparado em 1548 para guiar os provedores da fazenda na observância dos seus deveres onde o rei fala sobre "Toda las naus, e navios, que de meus Reinos, e Senhorios, ou fora dêles forem as ditas terras do Brasil..."

Certamente parece que Erasmo Schetz e seu filho, depois dele, não tiveram dificuldade em obter permissão para enviar os seus navios ao Brasil. Em 15 de janeiro de 1549, uma "urca de Flandres", de duzentas toneladas, desviou-se de sua rota de Portugal para o Brasil e aportou em São Domingo, nas Índias Ocidentais; talvez ela pertencesse a Schetz. Ulrich Schmidel narra, no seu famoso diário de viagem, que tarde em 1552 chegou a São Vicente vindos de Lisboa um navio pertencente a Johan Hulscher, "mercador de Lisboa e agente de Erasmo Schetz". Em junho de 1552, Schmidel encontrou um navio português em São Vicente, carregado de açúcar, pau-brasil e algodão, pertencente aos Schetz. Aparentemente elas mandaram outra vez um navio ao Brasil em 1556-1557, pois em 22 de março do último ano um "Sidrach Esquete, flamengo, capitão da nau São Jorge", chegado ao Brasil, foi denunciado perante a Inquisição em Lisboa, "por ter dito que se não devia rezar aos Santos que foram homens como nós". Evidentemente, idéias heréticas bem como mercadorias não só da França mas também dos Países Baixos estavam já cruzando o Atlântico. Não parece acidental que o engenho de Schetz e o dito navio invocassem o nome do mesmo santo patrono.

As fontes contemporâneas conhecidas guardam silêncio sobre outros navios neerlandeses que talvez tenham vindo ao Brasil durante os próximos dois séculos e meio. Este período provou ser não apenas de rápido desenvolvimento brasileiro, especialmente na produção do açúcar, mas também do embargo português nas desavenças políticas e religiosas espanholas.

Os huguenotes franceses ocuparam o Rio de Janeiro e os seus corsários e negociantes de pau-brasil infestaram ambos os lados do Atlântico. Logo vieram também os depredadores marinheiros ingleses, agora sujeitos a uma rainha inescrupulosa e protestante. Ambos abriram o caminho ao igualmente herético e rebelde "Mendigo do Mar" holandês, que próximo ao fim do período apareceu pela primeira vez. Todos eram cubícosos da riqueza que os espanhóis e português carregavam através do oceano.

Portugal, dependendo primeiramente de ligeiras caravelas para a comunicação com as suas colônias atlânticas, estava mal preparado para o duplo problema apresentado pela ameaça do corsário e crescimento da soma do açúcar brasileiro, para não falar do pau-de-tinta, que de uma forma ou de outra tinha que ser transportado sem perigo para o mercado ocidental europeu. No princípio de 1557, uma lei do Rei D.

Sebastião, reforçada por um regimento de 1571 e um alvará de 1577, especificou o número de homens e o total de armamentos que as embarcações portuguesas, em várias categorias, eram obrigadas a ter, com o fito de melhor defendê-las no oceano. Esses regulamentos nunca foram executados, como os próprios oficiais português admitem tristemente em 1606 e mesmo em 1621. Como resultado, particularmente depois da sua anexação à Espanha, os português sofreram uma profunda perda de navios, no momento exato em que o volume das mercadorias que tinham de transportar para dentro e fora do Brasil estava rapidamente subindo.

Posto que fosse imperativo escapar ao dilema, uma solução foi improvisada, levando a uma prática, na qual os últimos efeitos provaram ser nada menos que fatídicos na história portuguêsa e brasileira. Grandes navios de transporte, chamados urcas, quase exclusivamente alemães e holandeses, foram contratados para a carreira da colônia americana pelos mercadores portuguêses e coletores de dízimos e pau-brasil, e mesmo pela Corôa, quando não foram requisitados à força. Assim, aos norte-europeus continentais, especialmente ao perigoso inimigo holandês, que estava para iniciar o seu grande despojamento do império e comércio português em qualquer parte do mundo, foram oferecidas entradas tranquilas aos recursos, mercado e lucros do Brasil.

Não é possível, dentro dos limites deste trabalho, apresentar uma detalhada descrição do levantamento, desenvolvimento, ramificações, desvios, vicissitudes e grande vitalidade deste ramo de comércio, o qual persistiu de uma forma ou outra até 1521. Com exceção de alguns exemplos, o comércio pode, aqui, ser descrito apenas em termos gerais.

Começamos com um caso julgado perante a Corte do Almirantado Inglês, que ilustra o caráter da indireta participação holandesa no comércio do Brasil em 1581. Naquele ano um navio português o São João, cujo mestre era Gaspar Rodrigues, foi trazido como prêsa para um porto de Gales. Carregava 428 caixas de açúcar e seis sacos de algodão. Em janeiro seguinte, William Vermeuden, um neerlandês na Inglaterra, possuindo procurações dos proprietários, fez a petição para reaver todas as mercadorias, exceto setenta e oito caixas de açúcar pertencentes ao mestre e à tripulação. O resto da carga pertencia a John Hulscher, alemão; Conrad Coimans, holandês; Francis Lawrence, holandês, todos residentes em Lisboa, e a John Vanderbeke, holandês residente no Brasil.

A evidência da posse foi convincente para a Corte e o rego foi concedido, mas somente 280 caixas mal acondicionadas restaram intactas para a restituição.

Exemplos do emprêgo de navios holandeses e tripulação para carregar as mercadorias holandesas e alemães-holandesas para e fora do Brasil, via Lisboa, são primeiro encontradas nas minhas fontes do ano 1587. Em abril desse ano, quando Robert Withrington atacou a Bahia, encontrou uma urca de Vlissingen, de 250 toneladas e 24 canhões, ancorada na costa. Carregava uma tripulação holandesa e Frei Vicente do Salvador conta-nos que ela pertencia, ou melhor, fôra fretada por Everard Hulscher, "mercador flamengo" lá residente, casado com uma mulher portuguêsa e proprietário de um engenho no Recôncavo. Para seu desgosto e dos baianos, o zelandês, sob pressão, entregou-se aos ingleses, um fato que perturbou, como veremos, o governo em Madrid. logo que isto foi conhecido. A família desse "neerlandês" Everard Hulscher era de origem alemã, mas agora já se tornara internacional, seus membros convenientemente colocados como feitores ao redor do Atlântico: Jacques, nas Canárias; Johan, como já vimos, em Lisboa; Karl, em Vigo, na Espanha; Hendrick, em Antuérpia e Adam altergo. Tal cadeia mercantil proporcionou, em tempos tão perigosos, uma adaptação nadamente em Middelburgo e Hambur-

go, reforçada por qualquer exigência.

Foi-me possível encontrar, em documentos editados e manuscritos contemporâneos, mais de cem casos de tais navios holandeses e alemães-holandeses no comércio de 1587-1599, e seria inseguro afirmar que a lista esteja completa. Para o período de 1600-1605 há, pelo menos, o dôbro, mas a conta final ainda terá de ser feita. O comércio mostra características gerais, mas dentro destas existem inúmeras variações. Se o navio saiu de um porto holandês, navegou diretamente ou pela rota de um porto alemão para Lisboa, Pôrto ou Viena, carregado de cereal, outras matérias cruas e com manufaturas. Lá o capitão, através dos portuguêses, obtinha uma licença para o Brasil, tomando um piloto português ou feitor, e colocando fiança para tocar em Portugal na sua viagem de volta. Tendo descarragado toda a frota, exceto as mercadorias destinadas ao Brasil, ele carregou vinho, azeite e manufaturas adicionais, muitas vezes peninsulares, italianas e mesmo orientais, em Lisboa ou Cadiz, ou exclusivamente vinhos e provisões na Madeira e nas Canárias. Pagou os impostos prescritos e cruzou o Atlântico, geralmente para a Bahia ou Pernambuco, e, em certas ocasiões, para o Rio de Janeiro. A estada habitual no Brasil era de quatro meses, durante os quais os mercantes estrangeiros e portuguêses a bordo ou residentes no Brasil armazenavam ou vendiam a carga e carregavam açúcar, pau-de-tinta e algodão para o cruzamento de retorno.

As urcas holandesas e alemães, que juntas deveriam contar por dois terços até três quartos de navios navegando entre Portugal e a Europa Setentrional durante esses decênios, foram populares como navios de carga e passageiros portuguêses, sendo usadas para muitos fins na viagem ao Brasil. Elas eram grandes, com relativa comodidade e segurança, e pelas suas próprias qualidades ofereciam imunidade contra um ataque inimigo. A Corôa repetidamente as requisitou para transportar os governadores-gerais e seus móveis, soldados e abastecimento real para o Brasil. Para citar sómente alguns exemplos, o Governador Francisco de Sousa e o estimável Gabriel Soares de Sousa, em 1591, partiram para o Brasil em duas urcas fretadas pela fazenda real; o capitão mor Manoel Mascarenhas, em 1595, vem a Pernambuco com tropas e munições em três urcas embargadas em Setúbal no início daquele ano; e o Governador-Geral Diogo Botelho aportou numa urca no Recife, em 1602.

Os contratadores das alfândegas, dízimos e pau-brasil também preferiam as urcas estrangeiras, quando podiam obtê-las, para o transporte de suas pesadas cargas brasileiras. Na colônia elas faziam a coleta dos dízimos e taxas em gêneros, nesse caso o açúcar, assim como recebiam as suas quotas anuais de pau-de-tinta a ser transferidas para o mercado europeu, antes que pudesssem recuperar o principal mais o lucro. Em 1594, queixaram-se ao rei que se não lhes fosse oferecida uma proteção contra o aumento dos saques corsários não poderiam satisfazer as obrigações estipuladas.

Por esta razão a Corôa aprovou, se pudermos dar crédito completo a uma carta escrita por um inglês da época em Lisboa, que lhes fosse permitido enviar ao Brasil duas esquadras holandesas, cada uma composta de vinte urcas (1). Certo é que, em 1599, os contratadores da alfândega receberam autorização, em virtude de uma cláusula de contrato especial, para mandar vinte urcas à colônia anualmente. Dois anos mais tarde, os contratadores de dízimos no Brasil tiveram a permissão de mandar anualmente seis urcas, porém com a condição de que fôsssem alemães neutras e não holandesas inimigas. Não que isso quisesse dizer alguma coisa, pois não sómente em Portugal mas também no Brasil o holandês, armado com papéis falsos, passou como alemão, pelo menos até 1605. Pode ser provado, com documentação bilateral, que muitas das mães, depois que retornavam para as urcas, que pretendiam no Brasil ser al-

sas pátrias admitiam a sua verdadeira nacionalidade.

O governo central em Madrid começou, entretanto, a inquietar-se com as possíveis consequências da pronta admissão, pelos portuguêses, dos estrangeiros e particularmente de negociantes e transportes holandeses nas suas possessões. O episódio do mercante zelandês que, em 1587, desertou para o lado de Withrington, no porto da Bahia, ofereceu ao rei que já havia iniciado aquela que hesitante, a política de excluir os rebeldes do comércio peninsular, a vantajosa oportunidade de inquirir sobre o que aconteceria, apesar de ser matéria de jurisdição portuguêsa. Ele pediu para ser informado sobre o que as leis de Portugal diziam com relação à entrada de estrangeiros e seus navios nas colônias. Quando houve o indicio de nada existir de explícita proibição, promulgou-se uma lei, em 9 de fevereiro de 1591, pela qual se ordenava essencialmente que dai em diante nenhum navio ou pessoa estrangeira poderia ir às possessões portuguêses além dos Açores e Madeira, sem uma licença real especial (2). Isto é um exemplo da influência espanhola sobre a legislação colonial portuguêsa.

Como já vimos, as exceções permitidas na lei de 1591, pela própria Corôa e oficiais lusitanos interessados foram muitas. A interdependência econômica por portuguêses e holandeses na Europa e a necessidade lusitana de navegação suplementar para as colônias era tão grande naquele tempo que não permitiam outros meios de ação mais praticáveis ou agradáveis. Todavia, o perigo e as desvantagens de ter o holandês e mesmo o neutrino alemão carregado uma parte substancial do comércio brasileiro logo se tornaram aparentes a quem ainda não fascinados pelos seus interesses particulares. Tendo colocado o pé na porta, o estrangeiro quis empurrá-la e deixá-la aberta. Quase desde o começo, o holandês e o alemão, mestres das naus, com uma excusa ou outra, quebraram suas promessas de parar em Portugal em suas viagens de volta e pagar os impostos; em vez disso, navegavam diretamente aos seus portos do norte. Isso foi apenas um degrau para o estabelecimento de um comércio direto entre o Brasil e a Europa Setentrional, do qual uma parte surpreendente se desenvolveu, facilitada pelos contactos abundantes que os estrangeiros possuíam agora no próprio Brasil. Esses laços amigos habilitaram aos holandeses, alemães, o contrabando de mercadorias, como madeira de tinta e gengibre, retiradas fora do Brasil em apreciável quantidade.

Os portuguêses no exílio, os restantes aderentes de D. Antônio e o cristão novo emigrante, que já gravitavam ao redor do nascente império de Amsterdam, agora começam a ser um fator no comércio holandês no Brasil. Em 1600, os estados gerais não sómente confirmaram a proteção previamente estendida aos mercadores da nação portuguêsa, residentes nas Províncias Unidas, mas também lhes concederam o privilégio de comerciar livremente no Brasil, via Lisboa. Com efeito, isso foi uma garantia para que as mercadorias que lá traziam para as Províncias Unidas durante a guerra, em navio português ou holandês, não fôsssem sujeitas a confiscos pelos corsários holandeses, em caso de captura no mar. Essa proteção encorajou-os a explorar ao máximo as suas excelentes conexões comerciais e culturais em Portugal e no Brasil, permitindo-lhes contribuir materialmente, se não decisivamente, para o surto de Amsterdam, em 1621, como principal centro europeu de refinação e distribuição do açúcar.

Os aspectos militares da expansão comercial marítima das Províncias Unidas, assim como as determinações d'El Rei de Espanha para excluir os rebeldes do comércio do seu duplo império, trouxeram um fim, em 1605, a todo o comércio estrangeiro permitido no Brasil. Já naquela época estava claro que o intento holandês era o de fazer o co-

(CONTINUA NA 18a. PÁGINA)

# Os Holandeses No Brasil Antes De 1621

(CONTINUA NA 17a. PÁGINA)

mércio com um brago e, com outro, levar a guerra ao mundo colonial ibérico. A sua ofensiva oriental desenvolveu-se rapidamente e, na verdade, ele já tinha atacado duas vezes, apesar de ligeiramente, o Brasil.

O objetivo final dos trinta e seis navios de guerra e de uns quatro mil homens destacados pelos Estados Gerais em 1599, para capturar São Tomé, no Golfo da Guiné, era o Brasil. Como falamos atrás, as doenças que dizimaram a força em São Tomé arruinaram o poder efetivo de ataque. Um esquadrão, porém, conseguiu cruzar o Atlântico. Na noite de Natal, o comandante Hendrik Hartman apareceu de improviso na Bahia com sete pesados navios de guerra e um patacho, conduzidos pelas mil toneladas do *Jardim de Holanda*. Pelo espaço de dois meses ele bloqueou o porto enquanto os brasileiros ponderavam o estranho espetáculo de agentes e mercantes holandeses simultaneamente fazendo negócios e saqueando o Recôncavo. Esse ataque forçou o cronicamente pobre governo da metrópole a fortalecer relutante as defesas do Brasil. Para auxiliar a pagar os gastos, um cruzado de taxa extra foi imposto em cada caixa de açúcar exportado contra isto os colonos com sucesso protestaram como violação dos seus ferais. Mercadores holandeses residentes em Pernambuco, foram também apreendidos, mas eles e seus amigos locais juraram ser leais católicos neerlandeses ou privilegiados alemães e assim logo obtiveram liberdade.

Em 1603, os Estados Gerais outra vez aprovaram um ataque naval ao Brasil, mas cuidadosos dos seus próprios súditos que lá faziam o comércio, livraram certas categorias de mercadores da captura pelas suas forças. Com sete navios de guerra, outra vez conduzidas pelo *Jardim de Holanda*, o Almirante Paulus van Caerden entrou na Bahia em meados de julho de 1604. Durante as seis semanas seguintes ele mais de uma vez bombardeou a cidade, roubou as embarcações e saqueou os arredores. Esse ataque foi o começo do fim do aberto comércio estrangeiro no Brasil. Em conexão com o fechamento absoluto da Península para os holandeses, Filipe II, em 18 de março proibiu a todos os navios e pessoas estrangeiras ir daquela data em diante a qualquer colônia lusitana. Estritamente ordenou também, a todos os estrangeiros residentes nelas, retornar para a Península dentro de um ano.

Parece ser pouco duvidoso que a lei de 1605 tenha sido executada ao pé da letra, pelo menos até 1621. Nos milhares de folios dos manuscritos desse período que tive o privilégio de examinar nos arquivos europeus e americanos, há poucos exemplos de licença real para pessoas ou navios estrangeiros irem ao Brasil. Disto porém não se deve deduzir que o ativo comércio holandês com a Colônia tivesse parado; em vez disso há evidência digna de confiança que ele continuou e mesmo aumentou. O fato é que a corrente principal tornou-se subterrânea; isto é, foi inteiramente conduzida no nome e pelos portuguêses, ou pelo menos através de pessoas que em Portugal possuíam o direito de comerciar nas colônias.

Quais os interesses associados em conduzir, manter, financiar, proteger os lucros desta extensa e clandestina operação durante os 14 anos de real trégua? Certamente os negociantes-capitalistas das Províncias Unidas em geral, e particularmente aqueles em Amsterdam que tinham grandes interesses na refinação e distribuição do açúcar, foram o grupo dominante e a força impulsora. Quase todos eram nativos neerlandeses. Depois da cessação das hostilidades holandesas-ibéricas em 1607, eles rapidamente estabeleceram os seus velhos contactos e reorganizaram a rede dos agentes mercantes holandeses em Portugal, Madeira, Açores e nas Canárias, lugares esses dentro da então chamada zona europeia, onde o comércio holandês foi bem-vindo pelos espanhóis e portuguêses. O segundo grupo, composto pelos cristãos novos que

ram, num verdadeiro sentido, instrumentos dos capitalistas neerlandeses, concentraram-se em Amsterdam, cresceram em número e apesar de não posuirem grandes recursos eram já aliados com o comércio nativo pelas suas excelentes conexões familiares e comerciais em Portugal, nas ilhas atlânticas e no Brasil. Combinados, esses interesses canalizaram a principal corrente do açúcar brasileiro para as Províncias Unidas durante a Trégua dos Doze Anos.

Como isto foi feito, é claro que não posso descrever em detalhe nesta ocasião. Os holandeses *entrepreneurs* construiram anualmente dez a quinze navios para a carreira brasileira, frequentemente em sociedade com os cristãos novos do local. Sob o pretexto de que os navios tinham sido comprados pelos portugueses, os mesmos foram registrados e colocados sob a direção e operação dos últimos e assim postos no transporte comercial brasileiro. Mas, verdadeiramente, eles continuaram a ser propriedade, em grande parte, dos neerlandeses. As cartas que traziam do Brasil eram, quando possível, desembarcadas no Porto ou em Viana, onde os impostos aduaneiros, em constante com Lisboa, eram dez em vez de vinte por cento, isentos de avaria. Essas cidades tinham muitos judeus negociantes e, distantes da metrópole, sofreram menos da direta vigilância do governo. Consequentemente, os oficiais eram mais facilmente subornados e os mercadores holandeses freqüentemente fugiam ao pagamento de impostos sobre as mercadorias que por esta via eram enviadas ao Brasil.

O comércio holandês também floresceu no Brasil pela rota das ilhas atlânticas. Em 1618, foi comunicado por indivíduos didedignos que dez navios holandeses chegavam anualmente na Madeira e nos Açores com cargas destinadas ao Brasil, cada um avaliado em 50.000 ducados. Nas ilhas, essas mercadorias eram transferidas através dos agentes holandeses locais e complacentes oficiais portugueses, para navios licenciados partindo de Lisboa para o Brasil. Açúcar e outros produtos legais exemplos de viagens de contrabando Baixos. Em adição, há um número de levados diretamente para os Países locados nos navios holandeses nas ilhas mercadorias foram, por seu turno, correntemente trazidos do Brasil em troca de holandeses diretamente para o Brasil, os quais não posso aqui especificar. Também a interessante e não insignificante história do estabelecimento do comércio holandês, feitorias e pequenas colônias no Rio Amazonas entre 1598 e 1621, tão pouco pode ser aqui tratada.

Assim, durante a Trégua dos Doze Anos, enquanto os portos portugueses foram completamente abertos aos holandeses, estes puderam, como nunca antes, explorar por caminhos diretos ou simulados, o mercado e os produtos brasileiros. Em uma Memória dirigida aos Estados Gerais em 1622, os negociantes interessados no comércio brasileiro afirmaram categoricamente que por ocasião da Trégua há pouco terminada, de quarenta a cinqüenta mil caixas de açúcar tinham sido levadas anualmente do Brasil para as Províncias Unidas, pela rota de Portugal; que da metade a dois terços do comércio de transporte do Brasil estiveram, *sub rosa*, em mãos holandesas; que as três ou quatro refinarias de açúcar no país, em 1594, tinham acrescido para vinte e nove em 1621 e que o alto número de empregados, a saída de mercadorias e a construção de navios haviam aumentado substancialmente a prosperidade holandesa. O Brasil, desse modo, havia emergido como um dos grandes interesses na economia nacional.

Em que a apreciação da parte vivida pelos holandeses no Brasil, antes de 1621, contribuiu para o nosso melhor entendimento do grande período de suas atividades aqui? Ela esclarece a antiguidade e, mais importante, a continuidade de interesse holandês na colônia americana-portuguesa. Isso oferece perspectiva. Portanto, torna-se

óbvio que o intento holandês para conquistar o Brasil não pode ser atribuído a uma decisão não premeditada, a um impulso de corsário, a um designio juideu ou outra qualquer causa individual. Mais propriamente foi o produto de um profundo, estabelecido, na realidade compelido interesse, largamente econômico, desenvolvido durante o espaço de uns quatro décennios. Cerca de 1621 esse interesse foi o poder soberano para uma influente parte de negociantes holandeses. Quando ficou evidente a esse grupo, que era fortemente representado na nova Companhia das Indias Ocidentais, que a renovação da guerra, não só lhes fecharia outra vez a Península,

mas também os privaria do acesso ao açúcar brasileiro, eles aconselharam a conquista da colônia. As suas vozes foram ouvidas e a decisão tomada. O Brasil então entrou numa época de tribulações. Temporariamente ele foi desmembrado, mas no fim os seus filhos uniram para livrá-lo e conseguiram a liberação. Hoje todas as Américas celebram aquelle feito heróico.

(1) Esta carta, inédita, escrita de Lisboa em 6 de dezembro de 1594, foi-me gentilmente cedida pelo sr. Harold V. Livermore, Educational Director of the Hispanic and Luso-Brazilian Councils, Canning House, London.

(2) A cópia do texto desta lei foi-me enviada pelo sr. Manuel Diégues Júnior, do Rio de Janeiro, a quem sou imensamente grato.

## O NOVO ANO — UM SUCESSO PARA VOCÊ!

Para você, que com sua constante preferência sabe como obter sucesso com os sucessos TORRE, 1955 terá sómente dias felizes. É o que sinceramente deseja o Cotonifício da Torre.



# A FILOSOFIA ECONÔMICA DO VALOR

(Continuação da última página)

por de uso) de um objeto particular, ora a facilidade que dá a posse desse objeto para comprar (valor de troca) outras mercadorias.

E com David Ricardo, todavia, que o trabalho, como fundamento do valor, adquire maior consistência a despeito da pouca clareza com que expõe as suas idéias. Entretanto, de seus estudos apenas se conservam discutidos, juntamente a teoria do valor trabalho e a teoria da renda. Iniciando o Cap. IV de sua obra — «Principles of Political Economy and Taxation», verida para o Espanhol pela Editorial «Ateneo», pag. 69, ele proclama: «Al considerar si trabajo como el fundamento del valor de os productos y la cantidad relativa de trabajo necesaria a su produccion, la ley que determina las respectivas cantidades de mercancías que serán dadas al intercambiarse, no se ha de suponer que negamos las desviaciones accidentales y temporarias del precio de mercado de los productos respecto de aquél, que es su precio originario y natural».

emos assim que, para Ricardo, o «preço natural» identifica o valor intrínseco do produto, representado pelo trabalho ou pela quantidade relativa de trabalho necessárias, se bem que possa diferir, accidental e temporariamente, do preço de mercado do mesmo produto, pela interferência da oferta-procura.

A segunda concepção do valor-trabalho é a desenvolvida pelos socialistas, mas neste estudo apenas exporemos a teoria formulada e desenvolvida pelo fundador do socialismo científico (com Rodbertus), que foi Karl Marx — «o último grande economista da Escola Clássica», como chamou, acertadamente Carlos Gide (Gide e Rist — História das Doutrinas Económicas).

Marx, em critica magistral ao processo de

economia burguesas, com a dinâmica de suas relações, iniciada pela «Contribuição à Crítica da Economia Política» e concluída pelo «DAS KAPITAL», se vale do trabalho como «causa» de valor, refundindo a teoria dos clássicos em novas bases, graças ao seu indiscutível vigor intelectual, impondo sobrevivência às suas idéias.

Partido do conceito de mercadoria como forma elementar da riqueza, Marx aceita a divisão clássica do valor, para chegar à conclusão de que, «como valores de uso, as mercadorias são, antes de tudo, de qualidade distinta; como valores de troca, só podem ser diferentes em quantidades». Assim, para Marx, a substância do valor é o trabalho e a sua medida a duração do trabalho, resultando a famosa fórmula do valor:

«Valor capital constante + capital variável + plus valia».

Capital constante, para Marx, significa o empregado nas instalações e instrumentos de trabalho; o capital variável é representado pelas matérias primas e, secundárias; finalmente a mais valia representa o lucro do Empresário e resulta da exploração do trabalhador.

Quanto ao valor de uso é a utilidade que lhe dá essência, se bem que «a utilidade «os objetos não flui no ar». Portanto, «um valor de uso, um bens, só encerra um valor por ser encarnação o materialização do trabalho humano abstrato. Como se mide a magnitude de este valor? Por la cantidad de «substancia criadora de valor, es decir, de trabajo, que encerra».

Por conseguinte, di-lo Marx, «o que determina la magnitud de valor de um objeto no es más que la cantidad de trabajo socialmente necesario para su producción».

«Por tanto, um valor de uso, un bien, solo encerra un valor por ser encarnación o materialización del trabajo humano abstrato» (Ob. cit., pag. 43).

A teoria do valor trabalho, mormente a teoria Marxista, tem recebido críticas «demolidoras». Contra ela investiram acirramente os subjetivistas, no terreno da Economia, enquanto que, politicamente, não pode haver conciliação entre as duas correntes de pensamento.

O Prof. Louis Baudin, em seu «Précis d'Histoire des Doctrines Économiques» (Edition Donnat — 1949) afirma que a teoria do valor de Karl Marx é contradita pelos fatos:

a) Il suffit pas d'incorporer du travail à un objet pour lui donner de la valeur: une peinture criarde, laid, n'a pas de valeur, bien que son auteur de soit donné beaucoup de peine et ait perdu beaucoup de temps pour la faire. La valeur-travail prétend se passer de l'avoir du consommateur.

b) Il existe des biens d'inégale valeur qui ont coûté la même temps de travail: Jamais personne n'a pu croire que deux objets d'art devaient se vendre au même prix parce que les artistes mis un temps égal à les fabriquer.

c) Certains biens ont une valeur avant même qu'ils n'aient fait objet d'aucun travail humain; un arbre dans une plaine, une source dans le désert, des plantes et des fruits sauvages.

La valeur devrait rester immuable après le théorie marxiste, or, le bon vin augmenté de valeur en vieillissant.

sont, les caprices de la mode entraînent des appréciations dans les tissus, les vêtements, les parures».

Matos Peixoto (O Valor em Economia Política — Organização Simões — 1951) reproduz, em essência, essas quatro alegações contra a teoria do trabalho-valor:

1) vendem-se no mercado e têm valor «as em que não se acha incorporado nenhum trabalho (a terra, as pedreiras, os sítios naturais, fontes de água mineral, jazidas de petróleo);

2) a trabalhos iguais podem corresponder valores distintos (um quilo de filet e um quilo de lombo de um mesmo boi abatido; vinhos e frutos em que se versou igual trabalho; quadros pintados pelo mesmo artista; num mesmo tempo);

3) objetos mudam de valor no tempo, sem que novo trabalho a eles se ajunte (o vinho velho; edifícios); e

4) há objetos cujo valor se fixa som ser levado em consideração e sendo desconhecido o tempo de trabalho que sustaram (objeto de beichior; antiguidades).

Em nosso entender, a paixão demolidora à teoria de Marx provém do estreitamento indiscutível entre Economia e Política. Os anti-marxistas são ferozes no ataque, enquanto os adeptos do marxismo se encorajam na defesa, resultando devido o conselho de Max Weber no sentido daquela separação, quando se deseja discutir a ciência.

Em verdade, nos parece é que Marx tinha de aceitar o trabalho como regra geral para que algo se convertesse em um bem económico e, portanto, em valor. Os seus contrários argumentam com excessões como se estas podessem destruir a regra geral, quando, ao contrário, a confirmam.

Tanto isso é certo, que na própria obra de Marx — O Capital — se encontram argumentos de rebate às críticas. Por exemplo, ele não cai no erro de tantos economistas, que confundem valor com o preço. Um objeto pode ser vendido abaixo do custo (valor real), mas nesse caso já se trata de uma operação, digamos, mercantil, de especulação. Por isso, avverte Marx — «Diversas são as causas pelas quais variam os preços...» (Apud Matos Peixoto, ob. cit. pag. 88).

E o mesmo autor conclui:

«O valor, para Marx, é uma relação social. Provém do trabalho produtivo. No regime capitalista, o trabalho vivo invertido nos produz o valor da força de trabalho do operário e produz um sobre-valor de malvacias». (Ob. cit., pag. 89).

## VI — A TEORIA MARGINALISTA DO VALOR

Depois da exposição da teoria do valor-trabalho, é indiscutível significação científica e social, apreciamos a chamada teoria moderna do valor, quando, talvez, ela encara, sobre divergências naturais de formulação, várias teorias, como acertadamente classificou o Prof. Baudin — «Teorias marginalistas».

Com efeito, para uns é denominada a «Teoria do valor utilidade-fim», para outros, «Teoria do valor utilidade marginal», e ainda, utilidade limite, etc.

pujante valor de troca.

Ela vai considerar o valor de uso como único mercedor da atenção dos economistas, relegando a plano secundário o ato «utilidade».

E assim, o valor de uso é o verdadeiro valor porque se baseia na utilidade do bem e na sua rareza, e decorre de uma apreciação ou julgamento do consumidor.

Como sabemos, a utilidade é eminentemente subjetiva. Em «Economia Política», a palavra utilidade se aplica a tudo aquilo que pode satisfazer uma necessidade (ou desejo) seja ou não conforme à razão. E que o «Homo economicus» é guincho, ditatorialmente, pelo interesse pessoal.

Sendo, embora o fundamental do valor se use, a utilidade dele difere, não obstante sejam ambos de caráter subjetivo. Isto porque, quanto o valor de uso «aplica na co-paralelo implícita ou explícita entre vários objetos, já a utilidade é uma confrontação entre o objeto e o indivíduo (Pirou, ob. cit.). A utilidade é uma noção qualitativa e o valor de uso, quantitativa.

Também é bom mencionar que o marginalismo, com a introdução do método psicológico aplicado à Economia (Veja-se Tarde — Psicologia Económica) considera a noção psicológica do desejo mais enfezada a circunverberar o domínio da utilidade que a noção fisiológica de necessidades.

Dai o aparecimento de marginalistas como desiderabilidade, e oferçibilidade. Este apresentado por Vilfredo Pareto. A «oferçibilidade, ou intensidade do desejo, representa uma noção mais ampla do que a de utilidade», e dai os seus dois elementos:

1º — a utilidade;

2º — a dificuldade de vencer (limitação de bens, rareza, etc.).

Já a oferçibilidade, termo grego, vinha a sig-



(Continua na 2a. página)

# A Filosofia Económica Do Valor

Francisco José de Souza

(Da Juventude Católica de Pernambuco)

## I — O VALOR EM ECONOMIA POLÍTICA

A dificuldade do expositor reside na impossibilidade de sintese, em matéria de valor económico, dada a imensidão de escritos, teses, de refutações, a par do exame de teorias e até pseudo teorias explicativas do valor.

Abstrata, por natureza, a matéria do valor tem dada «dor de cabeça» aos economistas. Daí a desolada advertência de Charles Gide, de que a questão do valor em Economia Política, não obstante a sua aparente de simplicidade, se constitui, há séculos, o tormento dos economistas. (Compêndio d'Economia Política, pag. 45).

Nenhuma outra querela se lhe compara, nem mesmo a superada controvérsia, sobre o método, em Economia Política, suscitada por Stiessoni.

E que, tendo chegado a ser identificado com a própria Economia Política, o valor passou, no começo do século XX, a ser severamente combatido, acimado de «nostalgia metafísica», sendo até proposta a sua exclusão da ciência económica, pelos chamados negativistas.

Alegava-se que a teoria positiva teria de se limitar ao estudo da formação do preço de mercado, por ser um problema objetivo e, portanto, de certeza. Daí a reviravolta — o problema central da teoria económica seria o preço, e para outros, o próprio objeto da ciência económica. Assim, os partidários da teoria do preço justificavam-se alegando que estudo do valor implicava em conjecturas filosóficas e psicológicas; que a pretensão de investigar a causalidade (princípio de causa e efeito) e a teologia do valor, ou mesmo o seu fundamento, seria uma eterna discussão bizantina.

Stanley Jevons, por exemplo, sugeriu fosse banida a palavra valor da Economia Política; Aupetit a considerava destinada a desaparecer do vocabulário científico; Ch. Broutin achava-lhe apenas uma significação artística; Antonelli, não admitia o valor na Economia Pura; Ch. Bodin julgou desnecessária a noção do valor; Bouquet sentenciava ser tempo perdido dedicar-se o economista ao «misterioso valor»; por fim, Cassel, em sua Economia Social Teórica, julga superflua a teoria do valor, estudando, de logo, a formação e movimento dos preços.

O prof. Gaëtan Pirou (*La Valeur et les Prix* — Édition Recueil Sirey — Paris — 1945) explica que esta investida frontal à teoria do valor se justificava pelo «caráter conjectural» da pesquisa do valor, que pertence ao domínio do incerto, do indemonstrável, do «verificável», e que o máximo a se obter seria um grau de mais ou menos verossimilhança ou probabilidade, mas incapaz de se transformar em certeza.

Se embargo, o problema do valor continua a ser pesquisado e amplamente discutido nos torneios da Filosofia Económica, não sendo poucos os seus modernos defensores. Dentre eles sobressaem-se os dois Turgeon (Charles et Charles-Henri), que consideraram a noção do valor a idéia central da Economia Política. François Perroux considera o preço a expressão de uma realidade mais profunda e mais geral — o valor.

Sendo assim, opina Pirou, admitem-se o dualismo da teoria económica: valor e preço, quer dizer, a análise abstrata (o valor) e a síntese concreta (o preço).

O valor, na ciência económica, é um juiz, fragmentos. Assim, é no citado livro que numa estima, uma importância atribuída ao bem, dessa procedência, observando que «valor-is» não é latim nem se encontra nos léxicos desse idioma. Ao contrário, é de boa latindade o verbo «Valere» que, entre outras significações, tem exatamente a correspondente à do nosso verbo «valer». (pag. 285).

## II — ESCORÇO HISTÓRICO DO VALOR

Históricamente, podemos apontar os dois grandes ciclos das conceções do valor: as antigas, compreendendo as idéias dos precursores de Adam Smith, desde a antiguidade clássica até os fisiocratas, e as modernas, da fase científica da Economia.

Quem manusear «A Política», de Aristóteles, por exemplo, há de verificar que a primeira parte é dedicada a análise da base económica da sociedade. Dos demais estudos de Economia do sábio Estagirita só se conhecem resultante da comparação seletiva.

Todavia, não é um termo especificamente económico. A noção do valor transborda do quadro da Economia Política. No plano geral ele é político, económico, moral, religioso, artístico, etc. Contraíra Rodrigues, em seu profundo livro «Conceitos de Valor e Preço» considera o valor «uma relação humana; uma categoria universal. A noção do valor é análoga e não unívoca». Pelo que, o define, em acepção ampla: «O valor e o mérito que se atribui às coisas e aos humanos, em vista do fim para que são aptos e a que se destinam» (pag. . . ).

Papalotra Limongi (*Economia Política* — pag. 412), vê no valor o duplo aspecto:

a) em sua natureza, isto é, em sentido absoluto, é físico, moral, intelectual, etc.

«escola», pela ala dos subjetivistas, encontramos essa discordância na concepção do valor segundo as definições das suas correntes. Por exemplo, para Le Trône, seguidor das idéias do Dr. Quesnay o Valor consiste na relação de troca entre uma coisa e outra; enquanto que, para Turgot, «o valor é a expressão do grau de estima, que o homem afeta aos diversos objetos de seus desejos» (Apud Contraíra Rodrigues, ob. cit. pag. 78). No primeiro conceito, tem-se em vista uma adequação objetiva, enquanto no segundo ele é nitidamente subjetivo, dir-se-ia, impregnado de psicologia económica.

Ainda caberia aqui, mencionar os precursores ingleses, com William Petty, mas, pelo que expusemos, já se pode ter uma noção do pensamento «pre-científico» da Economia, no que se relaciona com o valor.

Passariamos, assim, a exposição das conceções modernas, a partir de Adam Smith. Não o faremos, agora, porque, segundo o plano a que obedece este trabalho, teremos o ensejo de nos deter, em capítulo posterior, às principais teorias do valor e que são pertinentes ao clítorio científico.

## III — AS FORMAS DO VALOR: DE USO E DE TROCA

Já vimos qu a divisão remonta aos estudos do fundador da ciência antiga». A persistência na dicotomia revela duas orientações distintas e, por vezes, agressivamente antagônicas.

Pra os defensores do objetivismo da Economia Política, como ciência, os clássicos liberalistas e os socialistas, se bem que não ignorassem o valor de uso, confundiam-se com a utilidade. Daí só considerarem a tónica revelação do valor, como fato social, quando ele se concretizava, através da troca. Portanto, sómente o valor de troca merecia as horas da ciência. Smith (*Wealth of Nations*) fala do valor «sem uso» e «sem trocas», expressões depois substituídas, ao que parece, por J. B. Say, em valor de uso e valor de trocas. Marx, também, não nega o valor de uso, apenas o considera «el soporte material do valor de troca» (*O Capital* Vol. I, Tomo I, Fondo de Cultura e Economia, pag. 40).

Nos finais do século XIX é que aparece, com os marginalistas, a reação demolidora da teoria clássica, com a elevação do valor de uso ou teoria subjetiva do valor, psicológica e matemática.

tica, nos pincaros da verdade científica, dando margem ao aparecimento de uma infinidade de escritos, todos visando à cabal explicação fundamental do valor, algo talvez inalcançável.

Assim, enquanto os adeptos da teoria clássica tomavam por base a oferta e as «condições de produção», os subjetivistas partiam do pressuposto de que o verdadeiro valor deveria ser encontrado no «dado do consumidor».

O valor de uso, por uns, chamado valor subjetivo, por outros, valor individual, representa a importância atribuída a um bem, isto é, representa apreciações ou estimas individuais.

Já o valor de troca, também chamado valor objetivo e valor social, não obstante representar igualmente uma importância, refere-se às apreciações ou estimas coletivas. No primeiro se verifica a Economia Individual, no segundo, a Economia Social (Gaëtan Pirou, ob. cit.).

## IV — AS TEORIAS DO VALOR

Não há uma classificação única das teorias do valor. Ainda aqui se nota a dificuldade do expositor. Com efeito, vejamos o que nos diz o antigo professor da Faculdade de Direito de São Paulo: «Nenhuma classificação conhecida seja satisfatória, dos diversos sistemas abrange a noção e os fundamentos do valor, e muito disto da uniformidade, neste ponto, as tentativas que se encontram nos trabalhos didáticos dos economistas». (Almeida Nogueira, ob. cit., pag. 287).

Não obstante, reconhecendo que o «efetivo capital da nossa classificação está em não obedecer a mesma a um princípio divisor comum, propõe-se, sejam as teorias do valor «classificadas em seis sistemas capitais», o saber:

- I — teoria clássica
- II — > socialista
- III — > utilitária
- IV — > matemática
- V — > psicológica
- VI — > objetivista (Idem, ibidem)

### a) — teorias subjetivas:

- I — valor estimativo
- II — > utilidade
- III — > oferta e procura
- IV — > utilidade-final

### b) — teorias objetivas:

- I — valor trabalho
- II — > custo de produção
- III — > > > reprodução

Enquanto isso, o prof. Louis Baudin (*Monnaie e la Formation des Prix*, pag. 29) atém a uma orientação cronológica, suposso, a alinhar as teorias do valor na seguinte ordem:

- I — Valeur-travail
- II — > coût de productio
- III — > > reproduction
- IV — Théories pluralistes
- V — > négatives
- VI — > frontonnelles, e
- VII — > marginalistes

Dessas classificações, duas são as teorias que se sobressaem pela importância, pois além de representarem o ponto de vista das correntes objetivas e subjetivas, têm nas demais teorias simples variantes. E' o caso, por exemplo, da teoria do trabalho-value e da teoria do value explicado pela utilidade-final, limite ou marginal. Levando em conta essas razões, e malha do limite desta nossa exposição, almejadas estudaremos, por ora.

## V — A TEORIA DO VALOR-TRABALHO

endo em vista a Lei da divisão do trabalho e coerentes com o pensamento de Smith de que «com o trabalho é que todas as coisas foram inicialmente compradas», verifica-se a precedência histórica do trabalho como fonte primeira do valor, se bem não conhecemos a tendência moderna de recusar as teorias unicárias. Não julgamos, porém, essa orientação capaz de elidir a preferência dedicada ao trabalho, como «substratum» do valor. Depois, a teoria é, sociologicamente, das mais importantes pelo desenvolvimento e resonância alcançada com o Marxismo. De fato, é essa uma particularidade interessante: formulada ou, pelo menos, exposta por corifeus do liberalismo-político (e económico) pelos chamados clássicos da economia burguesa, como Adam Smith, Malthus e Ricardo, foi tomada pelos socialistas, tanto os utópicos como os científicos.

Como ficou dito, desde Aristóteles, que aceita a divisão do valor ou, por outra, as duas principais formas: valor de uso e valor de troca. Daí se origina a discordia: os economistas ditos objetivistas embora reconheçam a existência do valor de uso, que identificam com a utilidade, científicamente só se interessam pelo valor de troca, alegando que só o valor se manifesta em toda a sua grandeza, do ponto de vista económico. Para os subjetivistas, o verdadeiro é o valor de uso.

Para Adam Smith a palavra valor tem dupla significação: ora representa a utilidade, ora



Figuras da Restauração — Desenho de Ladjane

(CONTINUA NA 13a. PÁG.)